

<p style="text-align: center;">ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002</p>

Aos trinta dias do mês de Dezembro, de dois mil e dois, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram três membros.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes, a Senhora Presidente, Dr.ª Isabel Damasceno Campos e os Srs. Vereadores Eng.º Fernando Carvalho, Dr.ª Neusa Magalhães, Dr. Paulo Rabaça, Dr. José Manuel Silva, Dr.ª Manuela Góis Graça Santos, Dr. Helder Roque e Eng.ª Isabel Gonçalves.

A sessão foi presidida pelo Dr.º José António Silva, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos Srs. Deputados Adélio Amaro e Laura Esperança.

Havendo "quorum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.00 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

1. APECIAÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1, DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, de 11/01; Apreciação;
2. APROVAÇÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, NOS TERMOS DA ALÍNEA N), DO N.º 1, DO ART.º 53 DA LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, de 11/01; Apreciação, discussão e votação;
3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2003 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
4. ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2003 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
5. GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação, nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

6. ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA PARA O ANO DE 2003 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
7. CRIAÇÃO DA NOVA FREGUESIA "TERRAS DO LIS" - EMISSÃO DE PARECER - Apreciação, discussão e votação;
8. PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITAS, RESPECTIVAMENTE, NO LARGO DE INFANTARIA 7 E NO LARGO DR. SERAFIM LOPES PEREIRA, NA FREGUESIA E CONCELHO DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação;
9. EXPROPRIAÇÃO PARA UTILIDADE PÚBLICA DE PARCELA DE TERRENO NECESSÁRIA À EXECUÇÃO DAS ACESSIBILIDADES AO ESTÁDIO MUNICIPAL DR. MAGALHÃES PESSOA - LEIRIA; Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 4, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
10. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA "ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - ENSINO SUPERIOR - AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA A) DO N.º 2 DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, de 11/01; Apreciação, discussão e votação;
11. SEGUNDO EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA PELO PERÍODO DE 20 ANOS; Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
12. PROPOSTA DE REGULAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS - TRANSPORTE DE TÁXI - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
13. ALTERAÇÃO DO OBJECTO EM PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DA CARANGUEJEIRA - Apreciação, discussão e votação, nos termos da alínea s), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
14. ALTERAÇÃO DO OBJECTO EM PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE MEMÓRIA E MILAGRES; Apreciação, discussão e votação, nos termos da alínea s), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
15. INDICAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (MANDATO 2003/2004) - Apreciação e votação;

16. 16 PROJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - Apreciação, discussão e votação Apreciação, discussão e votação, nos termos da alínea s), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;



RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA DE 19.09.02 A 19.12.02

ENTIDADE	ASSUNTO	DESPACHO
MARIA DA CONCEIÇÃO M. ROSA COSTA SILVA	ENVIA EXPOSIÇÃO S/ O PLANO DE PORMENOR DE ST.º AGOSTINHO	TOMEI CONHECIMENTO
JUNTA FREGUESIA BOAVISTA	COMUNICA A SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE NA SESSÃO DE 26/09/02	IDEM
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA	ENVIO DE MOÇÃO	IDEM
DEPUTADO OLEGÁRIO P. ANGÉLICO	JUSTIFICA A SUA AUSÊNCIA À SESSÃO DE 26/09/02	JUSTIFIQUE-SE A FALTA
ANJE – ASSOC. NAC. JOVENS EMPRESÁRIOS	ENVIA CONVITE P/CERIMÓNIA DE ENTREGA DOS PRÉMIOS ANJE	SOLICITAR AO 2º SECRETÁRIO P/REPRESENTAR A ASSEMBLEIA
ANMP	ENVIA BOLETIM MENSAL	TOMEI CONHECIMENTO
PRESIDENETE DA JUNTA FREG. LEIRIA	SOLICITARELEVAÇÃO DA FALTA À SESSÃO DE 26/09/02	RELEVE-SE A FALTA
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREG.MACEIRA	ENVIA BOLETIM DE ADESAO AO SEGURO DE ACID.PESSOAIS	JUNTAR AO PROCESSO
INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E SEG. SOCIAL	APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DA NOVA DIRECTORA	TOMEI CONHECIMENTO
ANMP	ENVIA PARACER DA ANMP S/PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO P/2003	TOMEI CONHECIMENTO
GRUPO MUNICIPAL DOS CIDADÃOS INDEPENDENTES	RESPOSTA AO PEDIDO DE DOCUMENTOS PELO DEP. BRANQUINHO CRESPO	DAR CONHECIMENTO AO SR. DEPUTADO
JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE REDONDO	INSTALAÇÃO DE CANIL NO LUGAR DOS MATOS/MONTE REDONDO – ENVIO DE MOÇÃO	TOMEI CONHECIMENTO
ADLEI	CONVITE P/O FÓRUM DO RIO LIS	TOMEI CONHECIMENTO
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA	AGRADECIMENTOS – 1º ENCONTRO DE FREGUESIAS	TOMEI CONHECIMENTO

ARICOP	ENVIO DE PARECER – PLANO DE PORMENOR DO CENTRO HIST.LEIRIA	JUNTAR AO PROCESSO
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LEIRIA	ENVIO DE PARECER-PLANO DE PORMENOR DO CENTRO HIST.LEIRIA	JUNTARAO PROCESSO
ANMP	ENVIO DE MOÇÃO S/PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO P/2003	TOMEI CONHECIMENTO
ADLEI	ENVIO DE PARECER – PLANO DE PORMENOR CENTRO HIST. LEIRIA	JUNTAR AO PROCESSO
JUNTA DE FREGUESIA DA BOAVISTA	ENVIO DE PROPOSTA P/INCLUSÃO NA OT. DA PRÓXIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA	O ASSUNTO NÃO FAZ PARTE DAS COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA P/PODER SER APRECIADO. DAR CONHECIMENTO AO REQUERENTE
NERLEI	CONVITE / JANTAR CONFERÊNCia	ARQUIVE-SE
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUSIA DE STA EUFÉMIA	2º ENCONTRO DE FREGUESIAS DO CONCELHO	TOMEI CONHECIMENTO
DEPUTADA MARIA ISABEL GONÇALVES	SOLICITA RELEVAÇÃO DA FALTA À SESSÃO EXTRA. DE 23/10/02	RELEVE-SE A FALTA
ORFEÃO DE LEIRIA	ENVIO DE PARECER –PLANO PORMENOR DO CENTRO HIST. LEIRIA	JUNTAR AO PROCESSO
REGIÃO DE TURISMO LEIRIS/FÁTIMA	IDEM	JUNTAR AO PROCESSO
PRESIDENTE JUNTA DE FREGUESIA DO ARRABAL	SOLICITA RELEVAÇÃO DA FALTA À SESSÃO EXT. DE 23/10/02	RELEVE-SE A FALTA
REGIÃO DE TURISMO LEIRIA/FÁTIMA	ENVIO DE ACTAS DA COMISÃO EXECUTIVA	TOMEI CONHECIMENTO
SPORT CLUBE LEIRIA E MARRAZES	CONVITE PARA O 66º ANIVERSÁRIO DO CLUBE	TOMEI CONHECIMENTO
JOÃO DE ALMEIDA ROCHA	EXPOSIÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES C/O FUNCIONÁRIO DA CML	TOMEI CONHECIMENTO
ANMP	CONVOCATÓRIA P/O IV ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS	TOMEI CONHECIMENTO
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE LEIRIA	CONVITE P/REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA	CONVOCAR O 2º SECRETÁRIO EM REPRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE
UNIÃO DE CICLISMO DE	CONVITE P/CERIMÓNIA DE	TOMEI CONHECIMENTO

LEIRIA	ENCERRAMENTO DA ÉPOCA 2002	
GABINETE DO MINISTRO DAS CIDADES E DO ORD. DO TERRITÓRIO	CONVITE P/PARTICIPAR NA SESSÃO SOLENE "MINISTÉRIO DESCENTRALIZADO"	TOMEI CONHECIMENTO
ANMP	ENVIO DO BOLETIM MENSAL	ARQUIVE-SE
ANMP	INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS DOS ELEITOS LOCAIS(REMUNERAÇÕES - ENVIO DE PARECER	TOMEI CONHECIMENTO
COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LEIRIA	SOLICITA A NOMEAÇÃO DE 4 CIDADÃOS P/INTEGRAR A COMISSÃO NO MANDATO 2003/2004	AGENDAR NA OT DA PRÓXIMA SESSÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAMACOR	EXPOSIÇÃO/REFLEXÃOS/ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS - PEDIDO DE PARECER	DAR CONHECIMENTO AOS SRS. DEPUTADOS MUNICIPAIS NA PRÓXIMA SESSÃO
ANMP	IV ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS -ENVIO DE CÓPIA DE DECLARAÇÃO FINAL	TOMEI CONHECIMENTO
GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO ECOLOGISTA "OS VERDES"	CONVITE P/AUDIÇÃO PARLAMENTAR - TEMA ÁGUA	TOMEI CONHECIMENTO
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS DO DISTRITO DE LEIRIA	CONVITE P/CERIMÓNIA DE APRESENTAÇÃO - "SEMANA DE LUTA CONTRA A SIDA"	
DIRECTORA-DELEGADA DOS SMAS	ENVIO DE RELATÓRIO	ENVIAR AOS REPRESENTANTES DOS GRUPOS MUNICIPAIS
IPL DE LEIRIA	CONVITE P/SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO LECTIVO 2003/2003	TOMEI CONHECIMENTO
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARRAZES	ENVIO DE PARECER S/CRIAÇÃO DE NOVA FREGUESIA - TERRAS DO LIS	TOMEI CONHECIMENTO - JUNTAR AO PROCESSO
CML	ENVIO DE PARECER S/PROPOSTA DO DEPUTADO ADÉLIO AMARO	DAR CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA
CML	ENVIO DE PARECER S/CRIAÇÃO DA NOVA FREGUESIA TERRAS DO LIS	IDEM
ASSOC.RECREAT.DESP. PINHEIRENSE	CONIVITE P/INAUGURAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES	TOMEI CONHECIMENTO

ANMP	ENVIO DE BOLETIM DA ANMP	
ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE LEIRIA	CONVITE P/FESTA DO RECLUSO	SOLICITAR AO 2º SECRETÁRIO P/REPRESENTAR A ASSEMBLEIA
GRUPO PARLAMENTAR DO PCP	APRECIACÃO PARLAMENTAR DO DL 244/02 "NUTS" - DEFINIÇÃO DE ÁREAS METROPOLITANAS	TOMEI CONHECIMENTO
CONSELHO DE GERÊNCIA DA CP	CONVITE P/APRESENTAÇÃO DO SERVIÇO INTERCIDADES DE LEIRIA	IDEM
MINISTÉRIO PÚBLICO DE LEIRIA -2ª SECÇÃO	PEDIDO DE CERTIDÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 27/06/02	ENVIAR A CERTIDÃO SOLICITADA

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Boa noite senhores Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eu chamava para assumir as funções de 2º Secretário a Sr.ª Deputada Laura Esperança, enquanto as funções de 1º Secretário irão ser desempenhadas pelo 2º Secretário da Mesa, o Sr. Deputado Adélio Amaro.

Antes de iniciarmos os trabalhos propriamente ditos, iria dar conhecimento que três senhores Deputados, dois dos quais Presidentes de Junta, se fizeram representar nesta sessão no sentido de que os substitutos possam participar nos trabalhos e eu iria colocar à votação a sua participação.

O Deputado José Lourenço solicita a suspensão do seu mandato por um período de 30 dias por motivos profissionais, e indica com sua substituta legal, a Dr.ª Rute Vieira Pinho. Perguntava aos Srs. Deputados se vêem algum inconveniente neste pedido de suspensão de mandato, bem como na pessoa indicada como substituta para retomar as suas funções?

Não havendo votos contra nem abstenções, a Sr. Deputada pode participar nos trabalhos.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Pousos, informa que vai estar ausente por um período inferior a 30 dias e indica para o substituir, o Secretário da Junta de Freguesia, senhor Alberto Lopes Timóteo.

Alguém se opõe a esta substituição?

Não havendo nenhuma oposição o Sr. Alberto Timóteo pode participar nos trabalhos.

O Sr. Deputado José Manuel Verdasca Rodrigues, informa que vai estar ausente por um período inferior a 30 dias e indica para o substituir o Sr. Dr. Francisco Fernando Lisboa de Oliveira André.

Alguém se opõe a esta substituição?

Não havendo, pode também o Dr. Francisco André participar nos trabalhos, considerando a Mesa que estão reunidas as condições para iniciarmos os nossos trabalhos. Relativamente ainda ao expediente recebido após o envio do resumo da correspondência recebida, tenho aqui uma justificação do Sr. Deputado José Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia da Memória, pelo facto de não estar presente por se encontrar ausente do País.

Eu volto a lembrar que se houver algum expediente que conste desse resumo e queiram consultar, façam o favor de o solicitar à senhora que dá apoio ao gabinete da Assembleia e ser-vos-á entregue.

Passaríamos de seguida à aprovação das actas da sessão ordinária de 26 de Setembro e da sessão extraordinária de 23 de Outubro.

Estão abertas as inscrições!

Quem se deseja pronunciar sobre as actas? Não há inscrições vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

As actas das sessões de 26 de Setembro e 23 de Outubro, foram aprovadas por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Passamos a outro ponto. Solicitar esclarecimentos e perguntas orais à Sr.ª Presidente da Câmara relativamente à informação escrita que foi distribuída a todos os Srs. Deputados e que versa sobre a actividade da Câmara no período compreendido entre a última sessão e esta.

Alguém se inscreve? Sr. Deputado Góis Martins faça favor.

DEPUTADO GÓIS MARTINS (PSD)

Boa noite, Góis Martins, PSD.

Sr.ª Presidente, na sessão ordinária de 30 de Junho, esta Assembleia nomeou os seus representantes para integrarem a Comissão de Acompanhamento do Programa Polis. Uma das pessoas nomeadas fui eu, em representação do Grupo Municipal do PSD e até hoje nunca recebi qualquer convocatória. Já decorreram

seis meses e gostaria de saber se essa Comissão está a funcionar ou não, se houve ou não reuniões, ou se houve algum lapso nas convocatórias. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Luís Pinto faça favor!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Eu queria perguntar à Sr.^a Presidente o que é feito do nosso PDM? Andamos pelo menos há dois anos a adiar sucessivamente trimestralmente. Entretanto neste último ano não ouvimos falar nada e por isso gostava de saber em que pé é que está a situação, se há alguma data prevista para a sua discussão e análise nesta Assembleia. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Branquinho Crespo, faça favor!

DEPUTADO BRANQUINHO CRESPO (PSD)

Boa noite, Luís Branquinho Crespo, PSD.

Li o relatório de actividades à Assembleia Municipal relativo ao período entre 11 de Setembro e 30 de Dezembro de 2002, e notei que a Sr.^a Presidente tinha sido recebida em audiência, a seu pedido, pelo Sr. Ministro do Ordenamento, das Cidades e do Ambiente tendo em vista, as questões sobre a problemática da água, recente corte de abastecimento à cidade e perspectivas para o futuro em termos alternativos. Gostaria que nos dissesse que perspectivas futuras, que situações concretas, ou eventualmente perspectivas em relação a este assunto. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais ninguém inscrito para fazer perguntas à Sr.^a Presidente, dava-lhe a palavra para responder às questões já colocadas. Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.^a ISABEL DAMSCENO CAMPOS)

Boa noite a todos.

Então começava por esclarecer o Sr. Góis Martins, em relação à Comissão de Acompanhamento do Polis.

Efectivamente desde a indicação neste mandato dos elementos representantes da Assembleia Municipal, não voltou a haver nenhuma reunião da Comissão de Acompanhamento do Polis. A razão é esta: o programa está dividido em quatro

planos de pormenor, os dois planos de pormenor já tinham ido à reunião da Comissão de Acompanhamento anterior, e estes dois estão a ser ultimados para haver entretanto uma nova reunião da Comissão de Acompanhamento.

De qualquer das maneiras, interessa informar que, destes dois planos de pormenor que estão em fase final, um deles é o Plano de Pormenor do Centro Histórico e Comissão que existe e que foi criada no âmbito da Assembleia Municipal para acompanhamento só do plano pormenor do Centro Histórico, tem reunido. Isso não impede que depois seja na mesma apresentado à Comissão Local de Acompanhamento do Programa Polis mas, será quando já estiver numa fase mais elaborada em termos de regulamento, o que se prevê que venha a acontecer lá para Janeiro/Fevereiro.

Relativamente ao PDM, o ponto da situação é o seguinte: tudo quanto é freguesias fora da zona urbana da cidade, estão entregues à Comissão de Acompanhamento, cujas propostas finais estão a ser analisadas pela Comissão de Acompanhamento global. Esta Comissão é constituída pelo Ministério da Agricultura, Ministério do Ambiente, etc., e está a ser já terminada a zona urbana com uma supervisão directa deles. Isto significa que no princípio do ano, toda a proposta global, já depois de reunida a Comissão de Acompanhamento, virá à Câmara e à Assembleia Municipal. A Comissão Local de Acompanhamento preferiu a divisão nestas duas áreas, as freguesias não urbanas e as freguesias urbanas. Isto porquê? Porque nós estamos a fazer simultaneamente na zona urbana o plano de urbanização, tem que haver aqui uma coincidência entre o plano de urbanização e a proposta de revisão do PDM, e portanto, está a ser cruzada esta proposta global acompanhada pela Comissão de Acompanhamento, que é naturalmente uma zona de alguma sensibilidade, para depois ser analisada finalmente. Antecipadamente começaram a ver tudo quanto se passa com as freguesias rurais e estão em fase final de análise por parte da Comissão de Acompanhamento.

Relativamente à reunião havida com o Sr. Ministro do Ambiente, relativamente ao problema da água, o que se passou foi que efectivamente a nossa pretensão era o acelerar daquela questão do sistema multimunicipal que fará o abastecimento de água através do Mondego conforme eu já tinha explicado anteriormente. O Sr. Ministro comprometeu-se e portanto do ponto de vista de estratégia política ele concorda com a criação deste sistema multimunicipal, como aliás já tinha referido. Foi apresentado dois dias ou três antes do Natal o

estudo final, já com todos os dados objectivos do problema ou seja, com a informação de quem é que quer aderir, das Câmaras todas que fazem parte do sistema e o estudo neste momento está a ser analisado pelos serviços técnicos, Câmara e Serviços Municipalizados, para darmos uma resposta final sobre o que entendermos sobre o estudo. A intenção do Sr. Ministro é, no primeiro trimestre de 2003, fazer a criação do sistema multimunicipal. Isto não invalida que, em termos do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados não se tivesse antecipado a obra que nos vai permitir socorrer a hipotética situação de crise, mas no fundo são investimentos que irão ficar integrados no sistema. Portanto, o que há aqui é da parte da Câmara Municipal/Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, uma antecipação de investimento de acordo com o projecto técnico do sistema multimunicipal, e o que depois vai acontecer é que estas infra-estruturas antecipadas do ponto de vista físico irão ser integradas no sistema e irão dar lugar a um ressarcimento à própria Câmara. Embora politicamente o Sr. Ministro esteja absolutamente de acordo com o sistema multimunicipal, que irá ser um sistema misto de abastecimento de acordo com o estudo Mondego/Mata do Urso mas fazendo parte do mesmo sistema é este o princípio e a estratégia do Ministério, até lá dentro do mesmo esquema, nós vamos antecipando investimentos que nos permite em situação de crise, ter uma resposta imediata que minimize naturalmente a situação criada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.^a Presidente.

Vamos então passar ao período de "Antes da Ordem do Dia".

Antes de entrarmos neste período, pedia já inscrições para um ponto do qual quero dar conhecimento aos Srs. Deputados.

Como sabem, na sessão da Assembleia Municipal de 26 de Setembro, foi apresentada uma proposta pelo Partido Socialista, em que propunha que a Câmara solicitasse aos SMAS com carácter de urgência, um relatório sobre o problema de abastecimento de água. Esta proposta foi alterada, por contraproposta do Grupo Municipal do PSD, no sentido de que fosse solicitado aquele relatório mas à Sr.^a Directora-Delegada dos SMAS. Na referida proposta sugeria-se ainda que fosse eventualmente realizada uma sessão extraordinária para debatermos aquele assunto. Este relatório já chegou às minhas mãos, dei conhecimento do mesmo aos responsáveis pelos vários Grupos Municipais com assento nesta Assembleia, já reunimos e deliberámos que hoje, no período de

“Antes da Ordem do Dia”, cada um dos grupos iria intervir num período máximo de três minutos, para apresentar a sua opinião sobre este assunto, substituindo assim a realização de uma sessão extraordinária só com esta finalidade.

Tenho neste momento já inscritos para falarem sobre este relatório, os Deputados Branquinho Crespo, Luís Pinto e Rute Pinho.

O representante do Grupo dos Independentes não esteve presente naquela reunião, mas querendo, pode também expressar a sua opinião.

Sr. Deputado Branquinho Crespo faça favor.

DEPUTADO BRANQUINHO CRESPO (PSD)

Luís Branquinho Crespo, PSD.

Apesar de nos terem dado apenas três minutos para intervir, eu aproveitava para desejar a todos um bom ano.

Efectivamente recebemos este relatório, e, embora isto tenha o elenco do enquadramento hidrogeográfico, como funciona a estação de tratamento de São Romão com as várias fases que tem, chegando ao fim da leitura deste relatório, pareceu-nos mais uma descrição com poucos dados para o futuro.

Realmente ao lermos isto, reparamos que o nosso concelho tem algumas debilidades. A captação superficial feita em São Romão, é realmente precária e as outras captações subterrâneas que falam no relatório, serão apenas adicionantes no momento de crise, se é que se pode recorrer segundo diz aqui no relatório, à estação da Barosa. Mas fica-nos a sensação de que há pouco feito. Agradou-me ouvir de sobremaneira a Sr.^a Presidente, quando disse que a Câmara se deslocou para falar com o Ministro das Cidades e do Ambiente, sobre esta matéria. O Grupo Municipal do PSD considera de extrema importância esta questão, nós estamos num concelho onde o pendor económico industrial é realmente muito grande.

Noutra situação de crise, pese embora o facto de alguns não entenderem ou estarem contra a posição que o PSD tomou, de que a Câmara não tem a culpa porque há muita poluição, as fontes poluidoras são da responsabilidade de outras entidades que não a Câmara, creia a Câmara que se as coisas correrem mal, passam precisamente a pedir responsabilidades ao Município. Eu creio que a Sr.^a Presidente tem consciência disto e o Grupo Municipal do PSD quer aqui salientar que pretende que se cumpra algo que aqui vem escrito do reflexo em todos os orçamentos municipais, de mais investimento no domínio da água, e que esta ligação ao sistema multimunicipal em alta do Baixo Mondego se venha a

concretizar o mais depressa possível. Não estamos livres de no próximo Verão, termos uma situação semelhante, e se por uma vez foi possível no entendimento do Grupo Municipal do PSD, a Câmara sair "airosamente", da próxima vez as pessoas não entenderão e por vezes não distinguem os culpados. Por isso, eu peço para que o Município não fique como o único culpado nesta situação, que sejam feitos mais investimentos e todos os actos que forem efectuados na sequência da melhoria na distribuição de água e tratamento da mesma, sejam comunicado à Assembleia Municipal e ao Governo. O concelho de Leiria, é um concelho industrial, não pode ver-se numa situação tão débil, com caudais de água tão escassos e a boa qualidade pode um dia destes vir a ser afectada. Era apenas isto que tinha para dizer, perante um relatório que peca por muita descrição e poucos dados concretos para o futuro, pese embora, a boa vontade que eu vejo no Município. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Deputado Luís Pinto!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Não há de facto muito a acrescentar ao relatório. O relatório é circunstancial, não aponta caminhos que não conhecêssemos já. Eu aqui reforçava aquela que foi a posição do Partido Socialista na sessão em que tratámos desta matéria. Julgamos que seria útil a curto prazo, haver uma sessão extraordinária da Assembleia e criarmos o hábito de termos sessões dedicadas a temas em que pudéssemos analisar com muito pormenor algumas soluções. Penso que a novidade que a Sr.^a Presidente nos trouxe, que a muito curto prazo haverá uma posição pelo menos da constituição da empresa, poderá trazer-nos pistas para uma boa base de trabalho para iniciarmos esse debate. Como aqui já referimos, temos muitas dúvidas que o concelho, face a opções erradas no investimento das duas últimas décadas, tenha capacidade financeira, se não houver ajudas muito substanciais do Governo ou da Comunidade Europeia, para conseguirmos resolver o problema da água em Leiria. Trata-se de um investimento de muitos milhões de contos, porque como todos sabemos não se trata só de investir em alta trazendo água do Mondego, depois é preciso toda uma nova rede de distribuição em baixa ou pelos menos uma parte substancial que é preciso alterar, e trata-se portanto de muitos milhões de contos que têm de ser

encontrados com toda a rapidez. Isto obviamente vai obrigar a opções e nós insistimos Sr. Presidente, que logo após ser conhecido aquele primeiro estudo, nós possamos ter a sessão dedicada que nós aqui propusemos e que pensamos que é cada vez mais actual a sua necessidade. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr.^a Deputada Rute Pinho, faça favor.

DEPUTADA RUTE PINHO (PP)

Boa noite a todos.

O relatório datado de 8 de Novembro de 2002 que mereceu a nossa melhor atenção, não é na opinião do Grupo Municipal do CDS/Partido Popular, esclarecedor da efectiva situação do abastecimento de água ao concelho de Leiria. Quer em termos de disponibilidades, quer em quantidade, quer em qualidade, levamos ainda a sua leitura a outras questões e dúvidas que urge esclarecer. Assim, é referido que o nível de atendimento no concelho é de 100% e o volume captado anualmente no Rio Lis e tratado na ETA de São Romão corresponde a 41% do total distribuído no concelho. Ora, como é que 41% da água apenas abastece trinta mil habitantes? Aliás refira-se que, em Setembro, o que transpareceu para a comunicação social foi um número de cerca de vinte mil habitantes. Afinal serão vinte mil, trinta mil ou tendo em conta os tais 41%, não será um pouco mais? Não foram mais as pessoas, que em Setembro passado ficaram privadas desse bem de primeira necessidade que é a água?

Por outro lado refere o relatório, que a ETA produz 550m³ na época baixa e 750m³ na época alta, o que corresponderá a onze mil e a quinze mil metros cúbicos considerando vinte horas de funcionamento. Estes valores, suscitam uma dúvida sobre a real percentagem de perdas de água. Superior a 30%? O relatório é omissivo no que respeita a esta matéria e parece-nos ser um ponto fulcral porque basta fazer umas pequenas contas, para se concluir que se estão a desperdiçar muitos metros cúbicos de água, que poderiam ser conduzidos para os utentes. Porque esse valor também afecta o preço da água, também acaba por ser pago por eles, mesmo que não tenham o direito a usufruir dessa água porque ela não chega às suas torneiras.

Por outro lado e face às perspectivas de recurso, a origem da água exterior ao concelho de Leiria a partir do Mondego, mesmo tendo em consideração que a empresa municipal se venha a constituir não já no ano de 2002 conforme tinha

sido prometido mas durante o ano de 2003, ficamos sem qualquer informação sobre qual o prazo para conclusão das obras necessárias ao reforço do abastecimento ao concelho e particularmente à cidade, nem se há reservas internas de água para suprir as necessidades nesses anos. Ou será que a população da cidade e do concelho nas zonas deficitárias, terá que contar definitivamente nos próximos anos com outros tantos dias sem pinga de água nas suas casas? Isso sem falar nos casos pontuais de poluição não previsíveis e impossíveis de controlar.

Mas falemos de qualidade. Sabe-se que as águas subterrâneas estão mais protegidas pela natureza do que as águas dos rios, lagos ou albufeiras, sendo por isso, de uma forma geral, de melhor qualidade do que as superficiais. No entanto e isso é também referido no relatório, as próprias captações subterrâneas existentes no concelho, são e passamos a citar *"de pequena produtividade, situam-se no maciço cársico sujeito a grandes flutuações e ainda a elevada vulnerabilidade dos respectivos aquíferos"*. Por outro lado, mais adiante é referido *"os enormes consumos da cidade na época de Verão elevam a capacidade da ETA ao seu extremo, o que se reflecte necessariamente na qualidade do serviço prestado à população servida"*. Mais ainda e relativamente aos novos furos de captação executados na zona da Barosa e que constituirão um reforço de abastecimento à cidade de Leiria, é dito que, os últimos resultados sobre a qualidade dessa água, vieram dissipar algumas dúvidas suscitadas pelas primeiras análises efectuadas ao aquífero. Dúvidas suscitadas que dúvidas?

Ora, tudo isto é deveras preocupante. Preocupante porque do relatório nada consta sobre a qualidade da água que será distribuída a partir desse aquífero a explorar; preocupante porque nada nos é informado relativamente às efectivas disponibilidades da água existentes nos anos mais próximos, às zonas mais deficitárias, nem a forma como o Município prevê suprir as necessidades nessas zonas. Mais preocupante ainda, porque nada nos é informado relativamente à qualidade do serviço prestado e a prestar à população. Os utentes da rede de água, merecem a melhor qualidade de serviço, porque pagam para a ter e estão no pleno direito de a exigir.

Ao Município, compete garantir aos seus munícipes o bem-estar e qualidade de vida. A esta Assembleia, compete fiscalizar a acção do Município, por forma a não deixar que se lesem os interesses dos munícipes, acautelando a defesa e a garantia do seu bem-estar e qualidade de vida.

Por isso e para concluir, esta Assembleia deverá ser informada periodicamente sobre todas as acções relativas à gestão do sistema de abastecimento de água no que respeita à manutenção, quer da qualidade quer da quantidade de água disponível para o consumo público dos utentes do sistema de abastecimento de água do concelho de Leiria. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.^a Deputada.

Deseja intervir sobre este assunto Sr. Deputado?

Faça favor Sr. Deputado Manuel José Carvalho.

DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADAÕS INDEPENDENTES)

Boa noite, boas festas a todos.

Em relação a este ponto, vou ser muito breve.

De certa maneira para corroborar as palavras do Deputado Branquinho Crespo e do Deputado Luís Pinto em relação a este relatório, realmente ele é exaustivo! Mas, a nossa preocupação máxima é em termos de soluções de futuro, ao constatar aqui neste relatório, um ponto que irá ser abordado mais à frente e que tem a ver com esta matéria: No Plano Plurianual de Investimentos dos SMAS para 2003/2006 e nas propostas que aqui se levantam, não faz nenhuma menção à captação de água até 2006 em termos de verbas, nomeadamente em hipóteses e propostas de captação de água no Mondego. Portanto, há uma dúvida que se suscita aqui. Realmente já aqui foi referido e a Sr.^a Presidente ainda agora confirmou, através do sistema intermunicipal e muito bem, que essa será a orientação futura. Mas no Plano Plurianual de Investimentos dos SMAS para o abastecimento de água a Leiria, não refere uma única linha acerca desse pormenor, portanto, a dúvida é nesse sentido e gostava de ser esclarecido sobre esse aspecto. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr.^a Presidente, querendo, pode responder às questões colocadas!

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Bem, só iria fazer dois ou três esclarecimentos, uma vez que o relatório é da Sr.^a Directora-Delegada dos SMAS. De qualquer das formas, entendo que estas observações que aqui foram feitas, lhe devem ser enviadas e naturalmente depois respondidas devidamente, incluindo o Conselho de Administração dos SMAS.

No entanto, sobretudo em relação à intervenção da Sr.^a Deputada do Grupo do CDS/PP, não podia deixar de fazer aqui mais uma vez uma observação e uma afirmação com certeza absoluta, porque a sua intervenção pode deixar dúvidas sobre a qualidade da água. A qualidade da água que vai para o consumidor é absolutamente garantida, pelo facto de que quando ela não tinha qualidade foi de imediato cortada. Portanto, há a garantia absoluta primeiro de um funcionamento excelente da parte do laboratório dos Serviços Municipalizados, uma periodicidade rigorosíssima em termos de cumprimento de análises e portanto a água que vai para o abastecimento público, é de garantia absoluta para o consumidor. É importante que o assunto fique de uma vez por todas esclarecido. Segunda questão. Em relação à observação feita pelo Deputado Manuel José Carvalho, é evidente que há várias acções previstas no plano dos Serviços Municipalizados, que têm a ver não directamente com o sistema multimunicipal do Mondego mas na sequência disso.

Conforme aqui já foi dito e foi o Deputado Luís Pinto que o disse na intervenção que fez, temos dois sistemas diferentes no abastecimento de água como temos no saneamento. O sistema multimunicipal, vai garantir o abastecimento da rede de água em alta, vai-nos trazer até à entrada do concelho a água da Mata do Urso ou do Mondego. Quem faz essas obras, é o sistema multimunicipal, não tem que ter reflexo nas contas e no orçamento dos Serviços Municipalizados, porque a única participação que há, é a participação da Câmara nessa empresa, não há obras directamente dirigidas à criação deste sistema, primeira questão.

Segunda questão. Todas as obras que estão lá previstas, de melhoria ou de reforços, ou de substituições de abastecimento de água, aí sim já dentro do concelho e redes em baixa, têm a ver com a lógica do sistema integrado do Mondego. Está por exemplo este ano, uma verba significativa que tem que ver com essa antecipação de obra que estamos a fazer e que depois, vai ficar integrada do ponto de vista técnico, no sistema multimunicipal. Esse sim, tem expressão directa no orçamento dos Serviços Municipalizados.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.^a Presidente.

ANTES DA ORDEM DO DIA

Estão abertas as inscrições para o período de "Antes da Ordem do Dia", nomeadamente para intervenções políticas sobre assuntos de interesse para o concelho.

Inscrevem-se os Srs. Deputados: Paulo Pedro, Ilídio Fernandes, Manuel Gago, José Miguel Martins, Manuel José Carvalho...

Faça favor Sr. Deputado Paulo Pedro.

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Boa noite, Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Sr.^a Presidente, trago aqui três ou quatro temas que me parecem importantes e que acho que deveria hoje abordar nesta Assembleia Municipal.

O primeiro, já foi aqui abordado e peço desculpa por voltar a ele mas, começo a ter uma noção da dimensão que o PDM está a ter e o atraso que a revisão do PDM está a ter a nível das freguesias mais pequenas e sobretudo nas freguesias rurais.

A freguesia do Coimbrão, perdeu na última década e isto segundo o estudo feito pela própria Câmara Municipal de Leiria e baseado nos resultados provisórios dos censos, cerca de 24% da população com menos de dezoito anos. Em dez anos, 24% representa ¼ da população com menos de dezoito anos. É uma situação gravíssima e que eu penso que senão na totalidade, pelos menos uma grande parte se deve à questão do PDM. Muitos casais têm mais facilidade em comprar um apartamento na Marinha Grande ou na Vieira ou mesmo em Monte Redondo (alguns já compraram em Monte Redondo), do que conseguir fazer a sua casa em terrenos dos seus familiares no Coimbrão. Portanto, esta é uma situação que nos tem preocupado muito e esta cifra, que eu nunca tinha tido bem a noção dela e que há pouco tempo tive pelo trabalho da Câmara Municipal, preocupa-me bastante.

Tomei nota com agrado, alguém me dizia para escrever e eu já escrevi, que no primeiro trimestre do ano que vem, vamos ter alguns resultados práticos relativamente a esta questão.

O segundo problema que me trazia aqui, diz respeito à possibilidade de uma ETAR no norte, relativamente à questão da despoluição da Bacia do Lis.

Esta ETAR do norte, estava marcada julgo eu para a zona da Carreira. Por questões técnicas, tem sido pensado alterar a sua localização e até hoje a Junta de Freguesia, não teve conhecimento a não ser por boatos, porque localização exacta penso que ainda não há. Mas o que é certo é que se aponta para a zona da freguesia do Coimbrão a ETAR para tratar todos os efluentes domésticos do

concelho de Leiria, Batalha, Porto Mós, etc. A Sr.^a Presidente de seguida vai-me já dizer que são os técnicos é que pensam nisto. Infelizmente os técnicos estão fartos de errar por muito que custe e eu também sou técnico e também erro, e se calhar, os técnicos também erraram quando projectaram a estação de tratamento da Ponte das Mestras. Se calhar também erraram e eu estive contra, na localização da do Pedrógão, que não devia ter sido localizada em cima das dunas e foi localizada em cima das dunas.

Mas enfim, contra estas coisas todas estamos fartos de ver que infelizmente também erramos e portanto se me vai responder Sr.^a Presidente, que são os técnicos é que dizem que lá é que ela fica bem, continuo a desconfiar na mesma. Não me descansa nada se me disser que são os técnicos que a vão projectar para lá. Vou ficar tão preocupado como estou agora. Se é para a zona que os boatos indicam, é uma zona de REN e digo-lhe Sr.^a Presidente, não quero passar por mentiroso para as minhas populações. Se discuti um PDM que dizia que naquela zona é uma zona de espaço dunar em que não se pode fazer lá nada, espero que nada seja feito sem haver uma alteração do PDM, com consulta pública às populações, porque assim fico com a minha consciência tranquila e não passo por mentiroso. Eu já apanho por ser político também, porque todos os políticos são mentirosos e não queria apanhar por perder aqui a minha dignidade nesta questão.

Portanto, não aceito minimamente que qualquer coisa seja decidida sem haver uma rectificação ao PDM, com discussão pública, com todos os passos que foram precisos para a aprovação do PDM, que tão mau foi para a freguesia do Coimbrão.

Depois eu gostaria de chamar a atenção para uma coisa que parece-me muito importante e para quem lida com esta questão do saneamento, apercebe-se disto. O que vai ser tratado não me preocupa! É o transporte Sr.^a Presidente, aquilo que vai ser tratado e transportado. Não são só os efluentes domésticos, é muita água efluente de pluviais, porque quer queiramos quer não, a não ser que se vá refazer toda a rede em baixa, entram muitos e muitos metros cúbicos de água dos pluviais na rede de saneamento básico e eu constato isso.

Por outro lado, a ETAR está a ser projectada para uma zona que tem três ETAR'S, uma delas a sofrer agora remodelação, financiada pela Comunidade Europeia. Como é que vamos dizer à Comunidade Europeia(ou alguém já disse) que acabamos com esta porque vamos aqui fazer outra no mesmo sítio, quando

duas delas pelo menos estão a funcionar há já cinco ou seis anos? Parece-me que isto não tem cabimento nenhum mas os técnicos vão-me explicar isso de certeza absoluta.

Mesmo a questão do transporte Sr.^a Presidente, penso que vai ser um caos continuarmos a ter redes de saneamento com as entradas pluviais que elas têm. Ou vamos ter muitos polícias para irem fiscalizar a rede toda e vamos tentar impermeabilizar a rede, o que vai ser impossível porque temos por aí caixas a meter muita água quer nas laterais quer nos fundos, quer por cima e portanto, o que nós vamos ter que transportar em dias de grande invernias como o de hoje, não são os efluentes domésticos são os efluentes domésticos multiplicados por dois ou por três. Penso que isto vai ser complicadíssimo e vai trazer problemas. Estaria muito mais de acordo com uma estação de tratamento mais centralizada e não excêntrica, que é o caso desta, porque ela vai tratar todos os esgotos do lado oposto onde está, para Norte do Coimbrão, onde não há nada para tratar. Não me parece que haja qualquer lógica nesta questão.

Também não me parece lógico e já ouvi dizer, um dos boatos também foi porque haviam três suiniculturas industriais no Coimbrão. As suiniculturas industriais no Coimbrão têm estações de lagoagens próprias, se estão a funcionar mal a culpa é de quem não fiscaliza, mas aquilo que é facto, é que não têm linha de água nenhuma para o Vale do Lis e portanto, não são poluentes do Vale do Lis.

Outro assunto: Captações na Mata do Urso!

Eu há alguns anos atrás, que ando um bocado em luta com a Direcção Regional do Ambiente por causa do licenciamento das captações que já lá existem hoje. Não têm nenhum licenciamento, mas se fosse a Junta de Freguesia ou a Câmara a querer fazer lá alguma coisa se calhar precisavam de licenciamento, para outras entidades não é preciso licenciamento. O que é facto é que se explora lá actualmente e só as celulosas exploravam até há pouco tempo, mais de um metro cúbico de água por segundo. Agora fizeram muitos mais furos, está feita uma malha de algumas dezenas de furos em toda a Mata Nacional do Urso e o que acontece é que o nível freático tem vindo a baixar. Preocupa-me! É uma zona de reserva ecológica, é uma zona considerada na rede europeia de sítios a preservar a nível de ecologia. Faz parte do "Biotipos Corinne" quer a Lagoa da Ervedeira quer a Mata Nacional do Urso, e, preocupa-me se não houverem estudos que expliquem claramente, de onde é que vem aquela água toda! As próprias populações, quer do concelho de Pombal quer depois as já pertencendo

mais a norte, dizem que tinham muitas zonas alagadiças e que deixaram de ter, e que estão muito contentes com as celulosas, porque só assim é que conseguiram ter zonas que não eram alagadas. Mas para as zonas não estarem alagadas, prejuízos ecológicos vamos ter, mais tarde ou mais cedo. Reconheço que podia ser interessante uma captação destas, mas só se as celulosas deixarem de explorar porque caso contrário, vamos duplicar a exploração e vamos complicar ainda mais os meus medos relativamente às captações subterrâneas na Mata Nacional do Urso.

Relativamente à EDP Sr.^a Presidente, andamos a ser muito maltratados pela EDP. Penso que esta empresa, resolveu fazer coisas que não têm nada a ver com vender energia eléctrica, investir no Brasil em supermercados e outras coisas mais, e não estão a investir naquilo que deviam fazer que é vender energia eléctrica em condições. Estamos a ser há uns anos a esta parte, muito maltratados por esta empresa e temos que tomar medidas porque não podemos continuar assim. Se formos agora ao Pedrógão, somos capazes de ver fios pendurados, atados com uns cabos, para conseguirmos ter energia de um lado para o outro, porque está tudo a cair aos bocados. Temos falhas de energia eléctrica, a última que houve há pouco tempo durou nove horas, há dois anos tinha havido uma, em que estivemos vinte e nove horas sem energia eléctrica. A iluminação pública é uma desgraça. Mais de metade do Pedrógão esteve às escuras durante bastante tempo, houve até um assalto com uma arma branca que poderia ter tido consequências muito maiores e isto tudo devido à questão da falta de investimento na rede eléctrica e estamos a pagar muito caro este tipo de situação que não pode acontecer.

Temos que tomar medidas mas não podemos ser só nós. Tem que ser o Governo e depois a Câmara também tem falhado um bocadinho, há três ou quatro anos que não há um único candeeiro para as freguesias.

Penso que isto também é importante que seja revisto, começamos a ficar também nós na boca do povo, nomeadamente porque não só a EDP não cumpre mas nós também não fazemos nada e tudo se mantém na mesma situação.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Manuel Gago, faça favor.

DEPUTADO MANUEL GAGO (Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira)

Manuel Gago, Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira.

Sr. Presidente, Sr.^a Presidente, Srs. Vereadores, caros colegas, minhas senhoras e meus senhores!

Já se falaram em dois assuntos que eu trazia relativamente à minha freguesia. O caso do PDM e agora por último, o colega Paulo Pedro falou de facto na questão da EDP.

A conservação foi-se, não sabemos porquê, mas deixamos aqui este recado porque da nossa parte somos sempre apertados com isto.

Queria sensibilizar a Câmara para se arranjar um entendimento sobre o seguinte: Temos sido confrontados devido à aprovação de uns projectos que estão a crivar todas as construções existentes. E com esta crivagem, aparecem muros construídos sem licença. posso dizer que a maior parte deles, e se calhar por culpa dos Presidente de Junta e da Câmara Municipal, por exemplo, naqueles alargamentos de caminhos a única hipótese era contribuir para um muro. Houve uma altura aqui na Câmara Municipal, que se mandavam cartas às Juntas, a dizer que à pessoa que cedeu o terreno, era-lhe passada uma licença isentando-a de taxa, mas a maior parte deles não têm. Agora aparecem outras em que é a própria Câmara que faz o alargamento de uma estrada camarária e depois aparece-me a pessoa a pedir para eu lhe passar uma declaração a dizer que foi feito um muro, porque já tinham sido feitos outros muros, muros antigos, e agora tinham um muro novo. Eu acho que devíamos chegar a um entendimento no sentido de saber quem é que passa este documento, porque senão as pessoas têm que arranjar projectos para aqueles muros antigos, têm que pagar cinco vezes a licença. Portanto como é que se arranja o documento? Qual é a indicação que depois dão à Junta de Freguesia em termos de procedimentos para comunicar à população.

Há um outro caso que também é frequente na minha freguesia e já referi aqui nesta Assembleia, que são os centros de saúde.

Muito se tem falado nos centros de saúde, se funcionam ou não. Não falei ainda com nenhum colega meu, mas o director do centro tem-me recebido, tem-me explicado, há pouco mandou-me um recorte do jornal junto a uma carta para se explicar melhor e para nós entendermos. Nós até entendemos as dificuldades, a população é que não as entende. Eu até sugeria aqui à Mesa, que colocasse a

hipótese de haver um debate público sobre a saúde, com a participação de membros do Governo ou do próprio Ministério, as Juntas de Freguesia agradeciam e ficavam libertas do assunto dos postos médicos. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Deputado José Miguel Martins!

DEPUTADO JOSÉ MIGUEL MARTINS (PSD)

José Miguel Martins, PSD.

Boa noite e um bom ano para todos.

Apenas uma breve intervenção face ao que se está a verificar nos campos do Lis. Constatou-se, que têm vindo a ser depositados não só resíduos industriais mas também detritos provenientes de suiniculturas e bem à vista de quem se desloca de Leiria para Monte Real. Além do mau aspecto, que se pode considerar uma autêntica poluição visual, temos que ter em conta que o depósito de detritos se verifica bem junto de vias de comunicação, linhas de água e não longe das populações. Sabemos que inclusive, o senhor Presidente da Junta de Amor, se movimentou sobre este caso. No entanto, há que fazer respeitar o que está previsto para o tratamento destes resíduos e teremos também que ponderar o que de mau pode daí advir. Como exemplo, cito um caso recente, em que devido ao mau estado do tempo, um carro teve uma saída de estrada em que não só os seus ocupantes como a viatura e os serviços de reboque que prestaram assistência, ficaram empestados com toda a porcaria que os envolvia. Há que meditar nestes casos de uma forma responsável, a que não se devem alhear os cidadãos em geral.

Dado que é altura de acabar com todos estes atentados, pois ainda na véspera de Natal mais concretamente na noite de 23/12, se verificaram descargas na ribeira dos Milagres, tornando as águas pretas e nauseabundas, o que afecta significativamente o bem-estar das pessoas e actividades que circundam a ribeira. Disse.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel José Carvalho, faça favor.

DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Manuel José Carvalho, Cidadãos Independentes.

Sr. Presidente da Mesa, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, restantes participantes e Imprensa!

Antes da ordem do dia, queria aqui focar apenas dois pontos.

Um é o que normalmente é debatido nas sessões da nossa Assembleia e que tem um pouco a ver com a lamentável morosidade do envio das convocatórias e do material, para nos podermos debruçar acerca dos assuntos das mesmas. Embora tenha chegado no prazo legal de oito dias, conforme diz o regimento, temos que ter em conta que dada a importância das matérias que estão agendadas para a sessão de hoje, dado ser um período em que normalmente as pessoas fazem férias ou fazem pontes, tornou-se bastante difícil para os Grupos Municipais, nomeadamente os mais pequenos, poderem elaborar e debruçar-se sobre estas matérias. Portanto era mais uma vez tentar sensibilizar quer o Sr. Presidente da Assembleia quer a Sr.^a Presidente da Câmara para esta situação.

Também em relação a isto, e talvez por essa mesma razão, alguns dos temas, nomeadamente o Plano e o Orçamento quer da Câmara quer dos SMAS, não vêm acompanhados, das deliberações de Câmara. O que é compreensível atendendo a que, penso eu, coincidiu a reunião de Câmara com o agendamento da Assembleia.

Outro ponto que queria falar era sobre as nossas rotundas.

É a nossa cidade das rotundas! Tem rotundas bonitas, tem rotundas menos bonitas, penso que a mais novel rotunda da cidade de Leiria é a rotunda das Almuinhas. E queria sensibilizar os técnicos que já foram aqui citados e que muitas vezes são só técnicos, não devem ter nenhum bom senso, para o seguinte: quem for agora para a estação de Leiria e for no sentido Leiria/Estação, se for naquela parte que já está tapetada, a dada altura vai em frente. É preciso ver que já lá está construída uma rotunda no lado direito, totalmente fora do eixo da via. Penso que ainda não houve acidentes mas já houveram muitos casos em que cruzaram no mesmo lado da rotunda dois carros. Com a agravante ainda de, como sabem, existir ali logo a seguir a Plastidom e há muitos semi-reboques que passam por lá todos os dias, normalmente são espanhóis porque é uma empresa que exporta muito para Espanha, e têm grande dificuldade em fazer aquela rotunda.

Portanto, quem alertava aqui eram técnicos, que além de desviarem o eixo da via para a direita, se repararmos a rotunda até está em plano inclinado e de certeza que vai causar acidentes pela maneira como aquilo ali está, se repararem

bem, acrescentaram o passeio do lado da urbanização nova que lá está, para puxar um bocadinho a rotunda mais para cima.

Em relação ainda às rotundas, há uma preocupação ainda que muita gente tem, nomeadamente as pessoas que são de fora de Leiria quando vêem as nossas rotundas e nomeadamente a Freguesia dos Marrazes que está bem recheada de algumas aberrações.

Nós compreendemos que no âmbito do programa anual da Ambient'Arte sejam feitos aqueles projectos escultóricos. Só que algum deles, a imagem que provocam, é sempre discutível. Acontece que depois, muitas delas são vandalizadas e estou-me a lembrar nomeadamente de duas rotundas: a rotunda que dá entrada nos Marrazes, tem lá umas coisas penduradas e tem lá uns computadores em que metade deles já estão vandalizados, uns no chão e outros partidos, e o que é certo é que as pessoas que vêm de fora da nossa cidade vêem aquilo. A outra rotunda que me chama também um pouco a atenção é a rotunda à entrada da variante da Marinha Grande, tem lá uma coisa que ainda não consegui perceber o que é que lá está e a minha preocupação é saber até quando é que lá vão estar aquelas atrocidades.

Compreendo que o objectivo é realmente fomentar a arte e criar novas orientações penso eu. Agora, gostaria que o Departamento da Cultura me dissesse até quando é que aquelas coisas lá ficam porque não consigo neste momento encontrar nenhuma justificação para tal. Gostava de ser esclarecido, embora hajam algumas esculturas que valem a pena continuar! Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Caseiro!

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, minhas senhoras e meus senhores!

Interroguei-me várias vezes se havia de vir aqui a este palanque nesta época de Natal, e por isso resolvi vir aqui também para vos desejar a todos boas festas e ao mesmo tempo, lamentar que ainda aconteçam cenas destas.

Aqui há dias, em que houve um daqueles temporais que muito recentemente se repetiram, à minha frente salta uma tampa da sanita das águas pluviais que correm dos Marrazes. Saí do carro, tirei uma fotografia e já a teria enviado para a Câmara, se por acaso o site estivesse a receber em condições.

Sr.^a Presidente, era só para chamar a atenção para o facto de que há qualquer coisa que realmente continua a não estar bem na nossa cidade.

Como sabe estamos no século XXI, mas as nossas infra-estruturas, são do século talvez XIX!

Outra questão Sr. Presidente!

Como sabe, foram eleitas cinco Comissões criadas no âmbito desta Assembleia, em que continuo sem saber muito bem para que é que elas servem. Fui indigitado para uma para trabalhar, e ela até agora não reuniu, curiosamente é a Comissão do EURO 2004. Tenho verificado que já vieram cá Ministros, Secretários de Estado, directores, etc, e a Comissão que deveria no local pelo menos ter alguma sensação de como é que as coisas estão a correr, ainda não conseguiu sequer juntar-se à volta de uma mesa para conversar. Se calhar é por não termos secretárias para trabalhar! Como já se aperceberam, nós aqui não podemos sequer redigir um texto porque não existem condições para trabalhar e isto juntamente com a legislação que nos aperta, que diz que de facto nós não temos poder nenhum para alterar nada, é de facto degradante e por isso é que me interroguei sobre a minha vinda aqui, se valeria a pena ou não.

Há outra empresa que continua também a pisar o risco, é a PT. Acontece que na Rua do Martins Gil, ali a caminho da casa do Sr. Presidente da Junta dos Marrazes, ele não deve ter reparado mas eu reparei porque estaciono lá o carro, há fios caídos de um poste da PT e num local onde normalmente estacionam viaturas de topo de gama, de pessoas que vão ali ao Tromba Rija, saem do carro e deparam-se lá com os fios pendurados. Isto é um escândalo. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Srs. Deputados, vou dar a palavra ao último inscrito que é o Sr. Deputado Adélio Amaro.

DEPUTADO ADÉLIO AMARO (2.º SECRETÁRIO)

Boa noite, Adélio Amaro, 2.º Secretário.

Eu gostava de questionar o Sr. Presidente da Assembleia, sobre uma questão que correu na última sessão, no dia 26 de Setembro, sobre uma proposta que apresentei relativamente à alteração do feriado municipal. Gostava de saber, porque é que hoje temos agendado no ponto n.º 7, uma questão que foi apresentada na mesma altura, a possibilidade de criação de uma nova freguesia e porque é que não está agendado o assunto e a proposta que eu coloquei naquela Assembleia. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Tem a palavra o Sr. Deputado Ilídio Fernandes!

DEPUTADO ILÍDIO FERNANDES (PP)

Boa noite a todos.

Trago aqui apenas dois assuntos. Um deles constitui uma pergunta à Sr.ª Presidente da Câmara.

Sr.ª Presidente, para quando e já várias questões foram abordadas, estão um pouco ao lado ou na mesma linha, mandar retirar uns ferros que estão retorcidos ali numa rotunda à entrada do Continente? Já me disseram várias coisas sobre aquilo, podem dizer que tenho mau gosto mas que aquilo é muito feio é verdade. Depois a outra questão é a seguinte: A rua Dr. João Soares, que faz a ligação entre a Câmara/Estrada da Marinha e a rotunda D. Dinis, tem um piso que com poucos centímetros direitos. É facto que ela constitui uma das entradas/saídas fundamentais da cidade, quer para quem cá mora ou trabalha, quer para quem visita a cidade.

Sr.ª Presidente, a minha pergunta é apenas esta: Tem em agenda e se tem para quando, a reparação deste troço? Era só e aproveito o ensejo para desejar a todos umas boas festas e um próximo 2003 muito bom.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Mais alguém se quer inscrever para este ponto?

Sr. Presidente da Junta de Carvide e o Sr. Presidente da Junta da Bajouca e estão encerradas as inscrições para este período.

DEPUTADO JOAQUIM LAVOS (Presidente da Junta de Freguesia de Carvide)

Boa noite, Joaquim Lavos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvide, PSD.

Quero em primeiro lugar apresentar votos de boas festas a toda a Assembleia e desejar que realmente o ano de 2003, seja melhor do que este, sobretudo para os colegas das Juntas de Freguesia, porque este não deixa saudades.

Queria aproveitar também para felicitar a Câmara Municipal, e sobretudo o Sr. Vereador Fernando Carvalho, pela mudança que está a ser preparada para o próximo ano, que tem sido de facto bastante pedida e que esperamos que venha a produzir efeitos.

Fundo Municipal de Delegação de Competências e Fundo Municipal de Apoio Técnico – Pedir à Sr.ª Presidente que mande agilizar o funcionamento dos

serviços administrativos, de maneira a que os Presidentes de Junta não tenham que fazer muitos telefonemas, muitas deslocações e que se perca muito tempo porque realmente o tempo é extremamente limitado.

Também tinha aqui o problema do PDM que já foi suficientemente falado, também tinha o problema da EDP (potência, avarias, falta de iluminação) e tenho um outro problema que creio que ninguém se queixou com a falta dele. Enfim, falou-se dele, o saneamento básico. A todas as perguntas que tenho feito ao longo deste ano, foi-me respondido que está para breve. Mas fiquei preocupado, quando li o plano dos SMAS relativamente à minha freguesia.

Finalmente, quanto às rotundas e só para complementar o que disse há pouco o colega, algumas também me fazem impressão à vista. No entanto, tive cá há dias um visitante de Lisboa que me disse: "isto é muito interessante sabe, alerta a juventude, tem um alcance didáctico extremamente importante quanto aos problemas da poluição que nós temos por aí...". É tudo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Soares.

DEPUTADO JOSÉ SOARES (Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca)

José Soares, Presidente da Junta da Bajouca.

São apenas três pequenos problemas, que já foram praticamente aqui abordados, mas penso que é preferível recalcar um pouco mais e o primeiro começa pelos muros.

É preciso ter muito cuidado porque há muros e muros. Há muitos muros construídos não só porque deram terreno mas que foram construídos porque a Junta para conseguir negociar determinadas ruas, ainda teve que dar material para construírem esses muros. Em muitos casos só foi possível negociar assim. Se calhar, seria de fazer uma reciclagem mais profunda a barracões e outras coisas, agora os muros até é pena que seja precisa licença para eles. Teríamos muros muito melhor construídos, se fosse a Junta a marcá-los, porque tenho muros ilegais na Bajouca, que estão construídos a distâncias bastante diferentes daqueles que estão construídos com licença. Não sei bem como é que isso foi possível, mas enfim, é uma verdade.

A outra questão refere-se à EDP.

Sr.^a Presidente, não chega só nós falarmos aqui. Temos que tomar posições, temos que a nível do concelho fazer aqui um debate com eles, para que nos

digam se servem ou não. Senão vejamos: os candeeiros apagam-se e ficam meses apagados e não há quem os repare; na Bajouca tivemos linhas no chão durante um ano e meio; tenho pedidas mudanças de postes há quatro anos e ainda não estão mudados, estão em plena via pública e mudaram dois aqui há um tempo porque eu passei-lhes a responsabilidade para eles e obriguei-os a alcatroar de maneira que o poste ficasse no meio do alcatrão ou seja, não tiveram tempo de o mudar em quatro anos e depois numa semana foram mudá-lo para ficar lá o buraco!

Outro assunto que não me queria esquecer Sr.^a Presidente e que me deixou bastante preocupado. Li também o plano até 2006 dos SMAS, parece-me que está previsto todo o saneamento no concelho, mas até lá não sei se a freguesia da Bajouca é para virar para Pombal ou não, porque é a única freguesia que não está incluída nessa previsão e isso preocupa-me. Agradecia por isso que o assunto fosse revisto e me fosse dito alguma coisa.

Queria desejar de resto umas boas entradas a todos e que o ano de 2003 seja melhor do que foi o ano de 2002. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra à Sr.^a Presidente e uma vez que fui aqui citado por três senhores Deputados, queria dizer ao Sr. Deputado Manuel Gago, que tomei nota da sua proposta e que oportunamente, se houver possibilidades, iremos de facto debater aqui ou noutra local o problema que colocou e relacionado com os Centros de Saúde, trazendo obviamente um elemento do Ministério conforme a sua proposta.

O Sr. Deputado Rui Caseiro, numa das suas considerações, referiu-se às más condições de trabalho aqui nesta Assembleia. Eu vou tentar resolver esse problema com a Sr.^a Presidente. Já uma vez falámos sobre a possibilidade de passarmos a realizar as sessões no novo auditório do Centro Associativo e portanto, vamos estudar essa questão.

Quanto ao Sr. Deputado Adélio Amaro, quero-lhe dizer que, ao contrário da proposta que o senhor aqui invocou, o seu assunto não reúne ainda condições neste momento para que possa ser agendado e discutido numa Assembleia Municipal. Conforme é do conhecimento dos Srs. Deputados, enviei essa proposta à Câmara para, querendo, se pronunciar sobre esse assunto. A Câmara já respondeu, em 18 de Novembro, informando que já analisou o assunto e que

deliberou por unanimidade consultar a Diocese de Leiria/Fátima, os órgãos das freguesias da área do Município de Leiria e abrir um período de discussão pública de sessenta dias. Portanto, julgo que esse período teve início a 5 de Novembro e só a partir de Janeiro é que a Câmara estará em condições de poder informar a Assembleia e depois numa futura sessão esse ponto será agendado.

O Sr. Deputado Adélio deseja pronunciar-se sobre este ponto?

Faça favor.

DEPUTADO ADÉLIO AMARO (2º SECRETÁRIO)

Adélio Amaro, 2º Secretário.

Segundo as suas palavras, não poderei concordar totalmente e trazia até uma intervenção que inicialmente não tinha previsto fazer. Mas depois da resposta que me deu, vejo-me então obrigado a esclarecer algumas questões.

Não vou revelar ou acrescentar mais dados históricos sobre tal assunto. Contudo, preza-me dizer e dar-vos a conhecer, que a 22 de Julho do corrente ano, tive uma reunião com a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Dr.ª Isabel Damasceno Campos, na presença de um Presidente de Junta, e tive oportunidade de lhe dizer que era minha intenção apresentar uma proposta, n sentido de corrigir a data do feriado municipal de Leiria. Como sabeis e como já referi, a data actual é errada, já salientei publicamente esta minha ideia no dia 24 de Maio de 2001, num jornal da nossa cidade, comprovando com cópia da carta régia do Rei D. João III. Não vou como é óbvio, revelar o conteúdo da referida reunião, seria incorrecto da minha parte. Mas não posso deixar de salientar, que tive o apoio da Sr.ª Presidente para avançar com a referida proposta. Posteriormente, tive a oportunidade de dar a conhecer esta minha pretensão ao Sr. Presidente desta digna Assembleia, entretanto, tenho ainda que esclarecer algumas dúvidas que surgiram nos últimos meses.

No início do mês de agosto de 2002, após a minha reunião com a Sr.ª Presidente, a Junta de Freguesia de Leiria solicitou um parecer ao Dr. Saúl António Gomes, um parecer sobre o dia da freguesia de Leiria com base na data de 13 de Junho de 1545. Curiosamente esta é a data, como já referi na última Assembleia, em que Leiria passou à categoria de cidade e não à categoria de freguesia. O Dr. Saúl Gomes deu o referido parecer, dando a data para a comemoração do aniversário da Junta de Freguesia de Leiria, todavia, tenho de salientar, que o aniversário de uma Junta de Freguesia, é totalmente diferente da comemoração do dia da freguesia. Contudo, não posso deixar de estranhar, que

o dito parecer seja contraditório. Contraditório no sentido de que o referido autor, escreve num jornal da nossa cidade em 1985, que a data da povoação de Leiria, é a mesma da primeira da reconstrução do Castelo de Leiria por D. Afonso Henriques, isto é, em 1135. Acho estranho, como é que em 1985, se afirma um dado histórico para uma determinada causa e em 2002 essa causa tenha data diferente. Se alguém pretende conhecer a data da fundação de Leiria, basta olhar para o tecto deste salão nobre, do meu lado direito.

Ao contrário de muitos, que referem que estes pormenores históricos de nada lhes interessam, e outros afirmam que existem coisas mais importantes para pensar e resolver, eu, simples curioso da história regional, digo que a história está patente nos nossos dias, e compreender tais factos é ter nas mãos soluções para o futuro, evitando erros que foram cometidos no passado. Mas se os mais rigorosos não aceitam esta data, terão então de celebrar o dia da freguesia de Leiria na mesma data em que a maioria das freguesias de Portugal, oficialmente foram criadas, isto é, foi em 1916 que se deu o estabelecimento oficial da Junta de Freguesia de Leiria. E não sou eu apenas que refiro isto, é também o Dr. Saúl Gomes, já no citado parecer que deu à Junta de Freguesia de Leiria, e acho estranho após a minha intervenção, que algumas pessoas com poderes políticos no concelho, de várias áreas, tenham afirmado que o dia 22 de Maio é muito importante porque representa a criação da diocese de Leiria, que agora até se chama Leiria/Fátima. Pois desse valor eu não tenho dúvidas! Acontece, que eu não comemoro o meu aniversário no mesmo dia que o meu pai, só porque ele é mais importante do que eu e isto de ser importante é algo muito questionável. Sejamos realistas e deixemos a utopia para aqueles que nada fazem e não deixam fazer. O curioso, é quando essas mesmas pessoas alegam ainda que os actuais aniversariantes do dia 22 de Maio, vão ficar muito tristes se a data for alterada para 13 de Junho, afinal, estamos a falar de coisas sérias ou estamos a brincar com o trabalho de quem dedica muito do seu tempo, ao concelho leiriense? Estamos a gozar com o nosso passado histórico ou queremos dignificar a nossa história?

Relembro uma vez mais, as palavras do Prof. Almeida e Costa, Ministro da Justiça em 1970, que passo a referir: "Não basta explicar os factos, interessa também a sua compreensão. Importa sobretudo que a realidade vivida, que é a história, não se mostre atraída pelo relato da historiografia, o passado não morre, o presente e o futuro seremos nós que o escrevemos.", Fim de citação.

Pois eu quando fui eleito, foi com a intenção de trabalhar para as vinte e nove freguesias do concelho de Leiria. Nunca me passou pela cabeça dar a atenção apenas a x ou a y, só porque reflectem o trabalho z ou j. Até quando vamos olhar para as freguesias mais rurais, como se estas fossem pormenores secundários perante as localidades mais urbanas.

Todavia, não querendo entrar em pormenores históricos, nem querendo dar nenhuma lição de história regional, que tanta falta faz nas nossas escolas e não só, sou levado a esclarecer ainda algumas dúvidas que surgiram na imprensa e na troca de conversas entre alguns curiosos da má-língua.

Após a minha intervenção no dia 26 de Setembro, quinta-feira, tive conhecimento no dia seguinte, através do telefonema da minha amiga Laura Esperança, que a Assembleia de Freguesia de Leiria, pretendia ratificar o 13 de Junho para o dia freguesia leiriense no dia 30 do mesmo mês, isto é, segunda-feira. Achei estranho!

Entre os dias 27 e 30 de Setembro, falei várias vezes com a Presidente de Junta da Freguesia de Leiria, com o intuito de resolver esta situação da melhor forma, situação essa, que para mim, após o primeiro impacto parecia coincidência, agora, tenho as minhas dúvidas. No entanto, achei estranho, que o Presidente da Assembleia de Freguesia de Leiria, o Sr. António Costa e Silva, tenha levado a efeito a ratificação do referido dia, sabendo ele da minha proposta na Assembleia Municipal de Leiria. Ora, a falta de sensibilidade para este assunto do referido Presidente, leva-me a querer que era sua intenção anular a minha proposta, não pretendo acreditar em tal. Contudo, trabalhei na boa-fé, como vos lembrais eu apresentei a já referida proposta, pedindo ao Presidente da Assembleia Municipal, que esta fosse votada numa futura Assembleia, com intenção desta ser discutida. Longe de pensar, que algumas pessoas que nada sabem sobre esta matéria, iriam degradar a minha proposta que apenas tinha e ainda tem o intuito de corrigir um erro histórico. Não quis, podendo eu fazer tal acto, levar a efeito uma votação imediata, após a minha intervenção, seria incorrecto da minha parte. E mais, solicitei, sem que fosse obrigado a tal, um parecer sobre a minha proposta, ao executivo da Câmara Municipal de Leiria, parecer esse que até hoje, ainda não foi dado.

Achei muito estranho, que a minha proposta fosse colocada em discussão pública, através de edital, durante sessenta dias. Curiosamente, o referido prazo termina alguns dias após a Assembleia Municipal que hoje se realiza. Não posso

deixar de referir ainda, três questões que assombram os meus pensamentos. Como é que o executivo da Câmara Municipal de Leiria, coloca em discussão pública, um assunto que é da responsabilidade da Assembleia Municipal?

Como é que o executivo da Câmara Municipal de Leiria, solicita um parecer ao Sr. Bispo, sobre um assunto que é da responsabilidade da Assembleia Municipal?

Como é que o executivo da Câmara Municipal de Leiria, pede um parecer às Juntas de Freguesia do concelho, sobre um assunto que é da responsabilidade da Assembleia Municipal?

É de salientar ainda, que o referido edital e pedidos de parecer, foram aprovados por unanimidade, pelo executivo da Câmara Municipal de Leiria, pois se a Assembleia Municipal solicitou um parecer à Câmara Municipal, foi apenas por uma questão de honestidade e trabalho de equipa, sobre um assunto do concelho de Leiria. Se bem se recordam, fui eu mesmo na minha intervenção, que solicitei o parecer, ao executivo da Câmara Municipal de Leiria, acho estranho que este não tenha sido emitido, acho estranho que a Lei não tenha sido obedecida. Esta diz, que o executivo da Câmara Municipal, tem quinze dias para responder aos pedidos de parecer da Assembleia Municipal; Recordo que estou a falar do executivo constituído por várias cores políticas, não quero acusar x nem y, apenas pretendo esclarecer. Mas além disto tudo, existem outras situações que me chocaram por parte de pessoas que eu muito admirava, e se me permitem, continuo a admirar. Não é um erro que fará desacreditar em tais pessoas.

Durante os últimos meses, fui ofendido na Imprensa, e foi colocado em dúvida a minha proposta, assim como os dados que revelei. Nunca respondi nem pretendo responder a provocações maldosas. No entanto, falo sempre com documentação adequada, e é esta a resposta, que por vezes amedronta quem tenta prejudicar as minhas acções. Muitos em conversa de rua e de gabinete, sendo estes últimos as conversas mais maléficas, chegaram ao ponto de afirmar que teria entrado em conflito com a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Leiria. É absolutamente mentira. Não seria esta questão, que iria derrubar a minha amizade pela D. Laura Esperança, que já vem de alguns anos, muito antes destas andanças políticas.

Mas um outro ponto que me chocou, foi a recolha de assinaturas contra a minha proposta, que até hoje ainda nada vi. É uma vergonha, é uma falta de respeito e dignidade, que alguém faça a recolha de assinaturas contra a minha proposta,

sem sequer dialogar antes comigo, com a intenção de saber quais as minhas intenções. É de lamentar que seja feita a referida recolha de assinaturas, enganando as pessoas sem esclarecer estas da verdadeira questão que está em causa.

Mais grave é ainda, quando os autores da referida recolha, nada entendem sobre história local. Mas para esclarecer melhor algumas pessoas, que tanto apelam pelo profissionalismo, quero aqui referir que a Lei não prevê, que as Assembleias de Freguesia possam criar o dia da Freguesia, porque perante a Lei, as freguesias foram criadas em 1916, com a excepção das freguesias que surgiram após esta data. Portanto, o dia da Freguesia de Leiria, perante a Lei não existe; por isso, não posso aceitar que uma Assembleia de Freguesia, possa anular as acções de uma Assembleia Municipal; não posso pactuar com acções que em nada dignificam a história do nosso concelho e já é tempo de assumirmos a realidade dos factos; não posso pactuar com situações escondidas, na tentativa de anular a verdade histórica do nosso concelho. Será que teremos de continuar a ler nos livros, recentemente editados, os erros que alguns não pretendem corrigir? Exemplo disso, é o livro "As mais belas cidades de Portugal", do jornalista e professor de História Júlio Gil, onde refere que Leiria deixou de ser vila no dia 22 de Maio de 1545; Ou então, a mais recente publicação e passo a publicidade, das Páginas Amarelas no concelho de Leiria, onde refere que foi o Rei D. João III que elevou Leiria a diocese. Acho muito pouco interessante, que um Presidente da Assembleia de Freguesia crie algo que a Lei não prevê.

Mas voltando ao feriado municipal, não tenho dúvidas, que a minha proposta seria hoje aqui aprovada, por esta digníssima Assembleia, e seria aprovada por duas simples razões: Não acredito que ninguém não queira corrigir os erros históricos do nosso concelho, é que o passado revela o presente que hoje somos; Não acredito que esta Assembleia fosse recusar uma correcção, que honrará todos os deputados aqui presentes, que aceitando tal proposta fariam história, ao corrigir um erro emitido na década de setenta do século passado. E mesmo que o recém-criado dia da Freguesia de Leiria fosse legal, perante a Lei, estaríamos a pactuar com mais um erro histórico.

A Freguesia de Leiria nunca foi criada no século XVI, muito menos no dia 13 de Junho de 1545.

Desta forma, actualmente, Leiria fica assombrada por dois erros históricos: o dia da Freguesia de Leiria e o feriado municipal. E não sou só eu que digo isso. O

autor do parecer que está na posse da Junta de Freguesia de Leiria, foi o mesmo que participou nas comemorações dos oitocentos e cinquenta anos da Freguesia de Leiria, em 1985 e que eu saiba, embora seja fraco em Matemática, 1985 menos 1545, não dá oitocentos e cinquenta, mas estes pormenores históricos, ficam para outra oportunidade.

Termino a minha intervenção, que já vai longa, com um provérbio bem conhecido: "Quando um sábio aponta para uma estrela, os néscios ficam a olhar para a ponta do dedo". Obrigado pela vossa atenção.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Srs. Deputados, está esgotado o período de "antes da ordem do dia".

Esta intervenção veio na sequência de uma pergunta que me foi feita e eu poderia ter respondido. No entanto, não faz parte nem é assunto para ser discutido hoje, há-de ser discutido noutra altura e portanto, sobre este assunto está encerrado o debate.

Daria então a palavra à Sr.^a Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Em relação à intervenção que o Sr. Deputado Paulo Pedro fez, é evidente que começava por dizer que, todas as intervenções e ainda não acabámos a sessão da Assembleia Municipal, vão ser evidentes de que há aqui, um projecto estratégico comum a toda esta Assembleia, que ninguém discute, que é o saneamento básico. Não tenho a mínima dúvida se o fossemos perguntar a qualquer um dos Srs. Deputados que aqui estão presentes, é evidente que há aqueles que já estão servidos e se calhar não é para eles prioritário porque já têm. Mas, de uma forma global em relação a todo o concelho, esta é uma evidência.

Todos sabemos também que, do ponto de vista de constituição de sistemas que possam resolver o problema do saneamento básico, há uma componente que é fundamental, que é a estação de tratamento. Quanto à questão que colocou, acho que em relação a isso são dados objectivos e que não discutimos. Tenho a certeza absoluta, que o Sr. Presidente da Junta do Coimbrão, não é pelo facto de estar servido de saneamento básico, não pensa exactamente da mesma forma que eu estou a pensar, tenho a certeza absoluta. Não só pelo seu sentido cívico mas até pela sua formação, é fundamental isto e é fundamental existir uma ETAR. É evidente que, quando diz que vou referir que há uma questão técnica, todos estes estudos têm por detrás questões técnicas, não vale a pena

discutirmos de outra forma. E também lhe digo, que se formos discutir só do ponto de vista político, ninguém quer a ETAR na sua Freguesia, todos sabemos isso. Isso faz-me lembrar, aqueles que dizem que fica sempre muito bem um jardinzinho, fica bonito no terreno do lado porque no dele não fica bem!

Portanto, uma ETAR do ponto de vista ligeiro, acho que é apenas isso. É sempre algo incómodo, que não fica bem na freguesia por definição e por consciencialização colectiva ao longo dos anos, é algo que não fica bem. Nós até temos uma aqui no meio da cidade, se calhar não é o melhor sítio ! Agora, é preciso! E todos sabemos também que com a evolução técnica, dá para perceber que o "papão" da ETAR já não é exactamente o papão a que fomos habituados realmente a pensar, não é. Há funcionamentos cada vez melhores e há formas de controlo. Estou a explicar isto mas é evidente que a decisão do ponto de vista de localização e do próprio funcionamento do sistema e voltando um pouco ao princípio da conversa, cabe à SIMLIS como é evidente. Mas eu estou no Conselho de Administração da SIMLIS e portanto é fundamental dizer isto. É preciso haver aqui uma combinação de bom senso entre as questões técnicas e as questões políticas/prejuízos às populações, se é que isso pode acontecer. Não há ainda uma decisão final sobre a localização da ETAR. Há várias hipóteses, estão a ser feitos estudos de impacte ambiental em várias das hipóteses, com discussão pública, que depois serão naturalmente trazidas à Assembleia e, enfim, a toda a população interessada e nomeadamente à Junta de Freguesia do Coimbrão, o Sr. Presidente da Junta tem acesso a toda esta documentação técnica que a SIMLIS tem.

Agora, o que eu não posso concordar Sr. Deputado é que, sendo o senhor um homem conhecedor, esclarecido e de bom senso, sem dúvida nenhuma, só porque há um Presidente da Junta ao lado que até nem é do nosso concelho, resolve reagir com demagogia para que o senhor diga "bem eu também tenho que dizer qualquer coisa para ficar bem na fotografia", não o vejo a fazer isto nem é correcto. O senhor deve-se documentar, saber quais são os fundamentos técnicos e os fundamentos do estudo de impacte ambiental. Essa questão de fundo que o senhor disse e que é um pressuposto evidente, ou seja, se é em REN pois tem que haver alteração do PDM e tem que haver discussão pública, como acontece em qualquer alteração do PDM. Estou absolutamente de acordo. Agora, o que eu acho é que cabe-nos a todos, quer seja no Coimbrão, quer seja na Carreira, quer seja no Souto da Carpalhosa quer seja na Vieira, sensibilizar as

peças primeiro de que uma ETAR não é nenhum “papão” e segundo que a ETAR é um elemento fundamental para o tratamento do saneamento básico. Podemos ter as redes todas feitas, mas se não tiver a ETAR não se resolve o problema e devemos estar perfeitamente documentados do ponto de vista técnico e do ponto de vista científico, para podermos naturalmente perceber como é que as coisas funcionam. E é apenas isto que eu lhe peço.

O último esclarecimento, é que aquela ETAR vai tratar praticamente ou quase na totalidade, efluentes do concelho de Leiria e vai apanhar um bocadinho do concelho da Marinha Grande, porque o caso da Batalha e de Porto Mós, fica dividido nestas duas ETAR’s, ou nas Olhalvas ou em Ponte das Mestras. É evidente que quando a de Ponte das Mestras desaparecer e aí o seu raciocínio está correcto, vai ser tudo encaminhado para a futura ETAR que irá ficar algures na zona Norte. Acho que fez algumas referências importantíssimas no que diz respeito à questão dos pluviais, é fundamental, porque ninguém mais do que as Câmaras sentem isso, porque efectivamente ao tratar aquilo tudo misturado, aumenta o tratamento e são custos acrescidos. Disso não tenho dúvida nenhuma e o problema só se resolve em definitivo, à medida que as Câmaras forem investindo em colectores pluviais dedicados, com tratamento próprio, porque não vai tudo misturado nas redes de saneamento.

Agradeço-lhe as recomendações que são muito importantes em relação às captações da Mata do Urso. O senhor conhece bem a história e é importante, aliás, interessa como eu digo, o estudo final do sistema multimunicipal, foi entregue dois dias antes do Natal, confesso que ainda não olhei para ele em termos de pormenor, e naturalmente que é uma das coisas que tem de ser analisada. Eu volto a dizer: a captação na Mata do Urso é sempre no sistema multimunicipal, não é uma situação definitiva e ficará também interligado ao Mondego, é apenas uma solução mais rápida para resolver o problema.

A questão da EDP foi uma questão recorrente de vários Srs. Presidentes de Junta. É verdade que a EDP tem perdido qualidade na forma de funcionar, tem havido variadíssimas reuniões quer da minha parte quer da parte do Sr. Vereador com os responsáveis locais. Prometem de umas vezes para as outras que vai haver melhoria sensível da qualidade, não temos vistos a olhos nus qualquer tipo de melhoria a esse nível, e confesso-vos que tenho alguma dificuldade e até acho que era importante algum peso acrescido de uma Assembleia Municipal, esta manifestação chegar lá. Porque não somos só nós, todos em conjunto se

queixam, não há aqui uma percepção apenas da Câmara Municipal ou da Presidente da Câmara, há sim uma percepção global dos Srs. Presidentes das Juntas, reparem que em todas as reuniões preparatórias do plano e do orçamento que nós fizemos, não houve um único Presidente de Junta que não se queixasse do funcionamento da EDP. Imediatamente a seguir, fiz uma reunião com o responsável local e transmiti-lhe isto. Penso, é a minha sensibilidade, que pelo facto de terem o monopólio, isso dá-lhes algumas atitudes pouco correctas no funcionamento prático e que se tem vindo a degradar significativamente. Portanto, vamos mais uma vez junto do Conselho de Administração, fazer uma sensibilização, porque nós pagamos e temos que ser bem servidos.

Relativamente à questão dos muros, que foi também um problema levantado, a questão é a seguinte: Na sequência dos alargamentos, os muros que são levados a efeito quer pela Câmara quer pela Junta de Freguesia, não precisam de licença. Quando se trata de muros particulares, não há volta a dar. Seria bom que não fosse precisa licença para os muros mas é a Lei e portanto, terá que haver alguma compreensão por parte das pessoas e naturalmente tratarem dos processos como deve ser, porque por muita boa vontade que tenhamos, não há alternativa.

Relativamente à observação feita pelo Sr. Deputado José Miguel Martins, que aliás, vem de encontro a uma informação complementar que foi dada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Amor. Os detritos que lá estão a ser depositados, são efectivamente da Soporcel e não das suiniculturas. E estes detritos da Soporcel, estão autorizados pelo Ministério do Ambiente, porque têm inclusivamente segundo a informação que foi dada, qualidades e características fertilizantes e portanto foi exactamente isto que nos informaram quer por parte do Ministério do Ambiente quer aquela realidade que tem sido prática acontecer ali naquela zona. Interessa é ver se efectivamente há algo mais do que isto.

Relativamente às observações do Deputado Manuel José Carvalho, é evidente que o concurso Ambiental'78 é um concurso com alguma polémica. É isso que pretende ser, é chamar a atenção para o tratamento do ambiente e como tal o concurso para chamar a atenção tem que se gostar ou não gostar. Evidentemente, que muitos dos objectos que foram apresentados pelos artistas são muito discutíveis, tenho muita dificuldade em dizer que aquilo é horrível, porque é horrível para mim e é bonito para o artista e se calhar é bonito para si, é complicado. A verdade é que tem um aspecto pedagógico, que teve um efeito

prático importante e interessa referir sobretudo isto: É o segundo concurso que é feito pelo Município de Leiria. O primeiro teve uma adesão relativa porque era inédito, as pessoas não aderiram significativamente. Manteve-se o mesmo regulamento e este segundo concurso obedeceu às regras deste regulamento. No primeiro regulamento não estava prevista nenhuma pré-selecção e como o regulamento era assim, tiveram de se aceitar todos os concorrentes. Na minha opinião, há que para o futuro corrigir esta questão. Só para terem uma noção, apareceram cerca de setenta candidatos e não havia forma de fazer qualquer tipo de pré-selecção e portanto todos apareceram. Evidentemente que agora estamos a insistir com os próprios artistas, para retirarem alguns casos e volto a dizer que isto não significa que não haja uma situação ou outra que de comum acordo entre a Câmara e o artista possa ficar, porque como diz, até há um outro, agora é discutível e quando não o é não é arte.

Relativamente à Rua Dr. João Soares, penso que neste momento estão a ser preparados todos os elementos para a abertura de concurso. Isto atrasou-se porque entretanto houve um colector que teve que ser passado e outras infra-estruturas e neste momento vamos avançar de imediato para concurso.

O saneamento básico em Carvide.

Carvide é um das freguesias que tem o saneamento básico praticamente pronto, está em fase final de ligação à ETAR. É a informação que temos da SIMLIS. Houve um problema mais uma vez com a EDP, estava tudo pronto e a EDP não fazia a baixada, teve de se falar para Coimbra e para outros sítios para se resolver o problema e a informação que tenho é de que finalmente a questão foi resolvida e irão ser ligados rapidamente.

Julgo que genericamente foram prestados os esclarecimentos solicitados. Embora haja um ponto específico para isso, só queria fazer aqui uma referência a uma observação do Sr. Deputado Joaquim Lavos. É evidente que a delegação de competências vai funcionar com as freguesias a partir do próximo ano de 2003. Vai ter como grande vantagem a fluidez de tratamento das coisas, portanto, os senhores vão ter aquela verba mensalmente e há muita coisa, sobretudo a correria para aqui, que acabou. O que se pretende, além de vos dar mais competências e capacidade de intervenção, é também evitar alguma burocracia e alguma corrida sobretudo a nível dos materiais. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Muito obrigado Sr.^a Presidente.

Srs. Deputados, ultrapassámos em cerca de quarenta minutos o tempo previsto para o período de antes da ordem do dia, vamos então entrar no período da Ordem do Dia. Aqui, pedia aos Srs. Deputados para se organizarem em termos de tempo de intervenção, para procurarem cumprir o tempo previsto para este período. Quero informar também que, atendendo ao número de pontos que vamos ter que discutir e atendendo aos tempos que aprovámos em Assembleia Municipal para uma Assembleia normal, e quando digo normal refiro-me a uma ordem de trabalhos com cerca de onze a doze pontos, a Mesa entende que deve duplicar o tempo atribuído a cada Grupo Municipal.

ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1, DO ART.º 53º DA LEI Nº. 169/99 DE 18/09 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, de 11/01;

Sr. Deputado Rui Caseiro, faça favor!

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

SR. Presidente da Assembleia, Sr.ª Presidente da Câmara, minhas senhoras e meus senhores.

Curiosamente agora, quando o Sr. Presidente leu o primeiro ponto da ordem de trabalhos, reparei na citação de uma lei. E é curioso que este relatório financeiro, na minha opinião, não nos dá condições para nós cumprirmos o nosso dever que é verificarmos à posteriori naturalmente, as actividades da Câmara Municipal, nomeadamente sobre o seu cumprimento financeiro. O relatório que nos é apresentado como o disse da primeira vez que aqui vim, não passa de um mapa de fluxo de caixa que não tem nada a ver com o relatório financeiro que se pretende, ou seja, um relatório que nos dê a possibilidade a nós técnicos e às pessoas que não são técnicas, de avaliar da saúde financeira da Câmara Municipal. Fica mais uma vez aqui o meu protesto Sr.ª Presidente. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Não há mais ninguém inscrito para este ponto.

A Assembleia Municipal de Leiria considera apreciado o Relatório de Actividades e o Relatório Financeiro relativo ao período entre 11.09.02 e 30.12.02, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei nº

169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-a/2002, de 11 de Janeiro.

2. APROVAÇÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, NOS TERMOS DA ALÍNEA N), DO N.º 1, DO ART.º 53 DA LEI N.º 169/99 DE 18/09 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11/01 – Apreciação, discussão e votação;

Quem se deseja inscrever para este ponto?

Não há inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

O Projecto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, foi aprovado por unanimidade, nos termos da alínea a), do n. 1, do artigo 53º da Lei n. 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

3.GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2003 – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

4. ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2003 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

Vamos englobar nesta discussão os pontos n.º 3 e n.º 4, mas a votação terá que ser em separado.

Estão abertas as inscrições!

Inscrevem-se os Srs. Deputados: Susana Silva Ervilha, Paulo Pedro, Francisco Francisco, Domingos Neves, Diamantino Caçador e Rui Caseiro.

Sr.ª Deputada faça favor.

DEPUTADA SUSANA SILVA (Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa)

Boa noite, Susana Silva, Presidente de Junta do Souto da Carpalhosa.

Venho falar exactamente sobre o ponto n.º 3, as grandes opções do plano.

Em relação ao documento que nos foi apresentado, lamento imenso, mas julgo que não é um documento que nos apresenta as grandes opções da Câmara Municipal. Estava à espera de um documento semelhante ao dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em que de facto nos fossem

apresentadas as prioridades da Câmara para o próximo ano e não simplesmente um relatório financeiro e um documento Excel, em que fossem debitadas aqui as quantias que iriam ser gastas em cada item, em termos orçamentais.

Julgo que seria importante, uma vez que este ano já não é possível, que fossem definidas as prioridades da Câmara para cada ano, se de facto é o saneamento, se de facto são determinadas obras públicas, enfim, qual seria a opção, para não nos obrigarem depois a fazer todas as contas em termos de percentagens. Era só essa a nota. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigada Sr.^a Deputada.

Deputado Paulo Pedro!

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Boa noite, Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Sr.^a Presidente, relativamente às grandes opções do Plano, na página 25, temos uma referência à Estrada Atlântica, quando sabemos que o concelho da Marinha Grande já a está a construir. O concelho de Pombal saiu agora com a informação de que a quer construir ainda no ano de 2003, esta rubrica aqui da Estrada Atlântica não traz qualquer verba. Já não falo na Nazaré e Alcobaça que entretanto fizeram uma parceria para avançarem também com a parte deles na Estrada Atlântica, mas penso que seria muito negativo para o concelho de Leiria se, a Marinha Grande que já está a construir e Pombal vai construir entretanto, ficássemos no meio por construir. Era muito negativo e como vejo essa rubrica aí perfeitamente incompleta, nem percebo bem porque é que ela aí está, já que não tem nada calendarizado para os próximos anos, fiquei preocupado.

Eu já o ano passado tinha chamado a atenção relativamente ao facto de que as transferências feitas para as Juntas de Freguesia são sempre feitas pela rubrica "Transferencias de Capital". Este ano não é? Ótimo, é que eu não consegui discernir isso aqui no plano, porque até aqui eram sempre transferidas por rubrica – Transferências de Capital – e isso prejudicava-nos muito em termos do nosso plano e orçamento. Éramos obrigados ou a tirar receitas de capital para despesas correntes, ou então a fazermos um plano parecido com o da Câmara, totalmente inflacionado e sem jeito nenhum.

Portanto, era isso que eu pedia mas uma vez que já está, não tenho mais nada. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Deputado Francisco Francisco.

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (PP)

Boa noite a todos e boas festas.

Em relação ao orçamento, não conheço nenhum orçamento com a simples receita/despesa num papel A4. não há da parte de quem fez, penso que não foi a Sr.^a Presidente, análise nenhuma, não há nenhuma proposta daquilo que se vai gastar. Em tempo de contenção, por acaso fiz uma análise, comparando o de 2002 com o de 2003 porque também não está feita, as despesas do pessoal da Câmara, vão aumentar 7,7%. A Câmara conseguiu equilibrar o seu orçamento, com vendas de bens de investimento que representam 66% de aumento em relação ao ano anterior, não sei o que é que a Câmara pretende vender e se continuamos assim, o que é que vai vender no próximo ano para equilibrar o orçamento? Vendas de bens e prestação de serviços que também não sei o que é, mas a Câmara conseguiu um aumento de 165%; no entanto, também quero dar os parabéns à Câmara, porque aumentou as transferências correntes em 133% e as transferências de capital em 33,25%.

Penso que é muito mau quando se está a fazer um equilíbrio de orçamento, vendendo a casa para comprar o carro. A Câmara devia pensar a longo prazo como é que vai pagar os empréstimos que estão neste momento a contrair e que vai contrair sem receitas correntes mas sim com vendas de bens de capital. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Neves!

DEPUTADO DOMINGOS NEVES (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra)

Boa noite, Domingos Neves, PSD, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra.

São apenas duas questões muito simples e que certamente, também vão ter umas respostas muito simples.

Diz aqui no orçamento, que as receitas e despesas são no valor de oitenta milhões seiscentos e sessenta e seis mil euros! Mas Sr.^a Presidente, há aqui uma coisa que não está bem. É que no dia 27 de Setembro de 2002, foi aqui aprovada uma delegação de competências, no valor de um milhão novecentos e vinte e oito mil quinhentos e noventa e cinco euros, cuja verba aparece aqui novamente. Ou não valeu nada o que estávamos aqui a fazer no dia 27 de Setembro, ou isto não tem nenhum valor pelo menos em relação a estas verbas. E quem estiver atento a estas coisas, até porque isto veio publicado na revista municipal, diz que afinal era um valor e agora se for desfolhar isto, encontra novamente o mesmo valor e vai dizer que as Juntas de Freguesias estão a ficar muito ricas, quando elas cada vez estão mais pobres! Isto hade ter alguma explicação, é capaz de ser por causa do pagamento, é natural que assim seja, mas podia estar melhor clarificado.

Agora outra coisa que também é muito simples e a Sr.^a Presidente vai-me dar razão. Na página 30, onde se fala – Anfiteatro para Santa Catarina da Serra, cinquenta e cinco mil euros para o ano de 2004 - .

Ora, nós já andamos a falar nisto há três anos, já temos o projecto aprovado, tudo pronto, agora só falta arrancar com a obra. Esta verba de 2004 não poderia passar para o ano de 2003? É que também não é assim muito dinheiro e a Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra certamente merece este dinheiro assim como as outras Juntas de Freguesia também o merecem. Era só isto, obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Faça favor Sr. Deputado Diamantino Caçador!

DEPUTADO DIAMANTINO CAÇADOR (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite e boas festas a todos.

Diamantino Caçador, Grupo de Cidadãos Independentes.

Aproveito para manifestar o nosso ponto de vista e o nosso parecer sobre o ponto n.º 3 e 4, em conjunto.

Mais uma vez, como tem sido prática nesta Assembleia, os documentos de suporte, que já foram falados aqui pelo meu colega e por outros colegas que aqui estão presentes e já falaram, chegam-nos tarde, dando-nos pouco tempo para efectuarmos uma análise profunda dos temas em discussão.

Mesmo assim e apesar das condicionantes da época que estamos a passar, época natalícia, a nossa dedicação aos interesses do Município permitiu-nos proceder a

uma análise dos documentos que se encontram hoje aqui em discussão, a chegar a algumas conclusões que passo a enumerar:

Estamos perante uma listagem de rubricas e números, sem qualquer informação de suporte que explique e fundamente os mesmos;

Não há qualquer indicação de uma base de referência para o seu cálculo, nada nos indica qual a taxa de inflação implícita e que foi usada para o orçamento e para o plano no decorrer de todos os anos, nem qual a evolução de cada rubrica em relação ao ano anterior. De facto, é um documento de muito difícil análise;

Estamos a tratar de um plano e de um orçamento do Município, de dinheiros públicos, o que deveria implicar um cuidado na sua elaboração para que qualquer pessoa minimamente dentro dos temas em causa, o pudesse interpretar. Pelo menos perceber a evolução prevista de um ano para o outro das principais rubricas receita/despesa, nem aí há uma comparação.

Não se pode aceitar a apresentação de um documento desta forma, é na nossa opinião minimizar o papel desta Assembleia. Neste plano, não se consegue identificar qualquer opção estratégica nem os objectivos a atingir, é um mero enunciado de rubricas, como se de gestão corrente se tratasse.

Olhando para os números, porque é só isso que este plano nos oferece para analisar, deparámos com um orçamento despesista e com um completo esbanjamento de recursos, senão vejamos: temos um orçamento de oitenta milhões e seiscentos mil euros, cerca de dezasseis milhões e cento e setenta e cinco mil contos, em 2002 o orçamento foi de quinze milhões de contos ou seja, estamos perante um aumento de um milhão e cento e setenta e cinco mil contos, permitam-me falar em contos porque é mais fácil para todos.

Na despesa corrente, que em 2002 já era elevadíssima, situa-se agora em sete milhões de contos, um aumento de cerca de setecentos mil contos, ou seja, absorve 2/3 do aumento deste orçamento em relação ao de 2002.

Conclui-se que o aumento do orçamento para o próximo ano como já referi, de um milhão e cento e setenta e cinco mil contos, está repercutido quase na sua totalidade em despesa, em detrimento do investimento.

Segundo ponto.

Ao longo do orçamento, aparecem três vezes uma rubrica, devidamente identificada, denominada – remunerações por doença e maternidade/paternidade -, no somatório, ascende a cerca de duzentos e quarenta mil contos. No nosso ponto de vista, por ser um valor elevado, carece de mais alguns esclarecimentos

tendo em conta que normalmente estes encargos são da responsabilidade dos serviços sociais, neste caso penso que da AD.S.E. salvo algum que me esteja a escapar. Portanto, não entendemos a presença desta rubrica aqui de "remuneração por doença, maternidade e paternidade";

Terceiro ponto, com mais um exemplo de aparentemente despesismo, nesta rubrica – Comunicações -, que ascendem a mil e quatrocentos contos mensais. Não sei se é um valor aceitável, se não é, parece-me bastante elevado.

Mais uma vez e na continuidade do ano anterior, aparece-nos rubricas "outros". Parece que é um saco onde se põe os outros, quando não se sabe ou não se consegue discriminar a que é que se referem estas verbas. Só penso que este ano é um montante elevadíssimo, totalizam cerca de oito milhões trezentos e setenta e seis mil setecentos e sessenta e cinco euros, cerca de um milhão e seiscentos e oitenta mil contos em rubricas de "outros", isto representa mais de 10% da totalidade do orçamento da despesa. É sem dúvida um valor significativo, sem qualquer justificação, que ultrapassa valores atribuídos, provavelmente algumas vereações. Não está em causa o incumprimento de normas do POCAL, mas sim o prejuízo dos princípios fundamentais de transparência, que devem reger a administração financeira dos dinheiros públicos. Tenho dito. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Caseiro.

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.^a Presidente da Câmara, caros colegas, minhas senhoras e meus senhores.

O País vive neste momento um período muito mau. Como sabem está anunciada aí uma crise, crise essa que nos vem batendo na televisão e à porta, desde meados do ano passado. E como se sabe , as famosas contas que todas elas estão furadas, estão a começar a ser vistas pelas autoridades que têm competência na matéria. Os clubes de futebol já estão a prestar contas à Justiça, e com isto, eu quero dizer o seguinte: as autarquias e os organismos do Estado também têm naturalmente que ter cada vez mais o sentido de responsabilidade das coisas e não deixar que as coisas se resolvam com facilidade. Quero com isto dizer que, tem que começar a haver efectivo rigor na apresentação das contas e também rigor na apresentação dos orçamentos, porque existem normativos que

obrigam a que os orçamentos sejam feitos de acordo com determinados princípios. O meu colega falou aqui e muito bem, sobre aquilo que ele teve oportunidade de ver, e eu também me dei ao cuidado de comparar o orçamento de 2002 e 2003 também para justificar o cachet que venho aqui ganhar, como sabem estou aqui eleito pelo povo e tenho direito a uma remuneração.

A comparação possível entre 2002 e 2003 é uma quimera. Não é possível nós estabelecermos uma comparação realista entre os números de 2002 e 2003, porque os de 2002 eram o que eram, eram números que resumidamente apontavam para receitas e despesas naturalmente de setenta e quatro milhões setecentos e dezanove oitocentos e cinco euros e agora subimos 7,94%, curiosamente mais um bocadinho do que a taxa de inflação, que foi cerca de 3,7%!

Num período de crise, não percebo como é que é possível fazer um aumento em vez de se apelar à contenção e fazer-se um orçamento que se sabe à partida que de todo em todo é impossível de cumprir. Mas no entanto, eu tenho aqui um pormenor que acho que é importante realçar, é uma verba que está aqui significativamente subida, que é as transferencias para as freguesias do nosso concelho. Muito obrigado Sr.^a Presidente, concerteza que terá a oportunidade de nos explicar, como é que vai aumentar em 76,31% as transferencias correntes e de capital para as freguesias. Fiz um mapa comparativo. Não percebo porque é que a freguesia onde nasci (Marrazes) vai ter cento e um mil euros a menos que teve no ano de 2002, e, curiosamente, a Azoia. São as únicas que são digamos assim, deduzidas nas intenções que os orçamentos de 2002 e 2003 contêm. Mas se efectivamente a estes 76,31%, houver um efectivo aumento nem que seja só de 10% sobre aquilo que efectivamente foi entregue às Juntas de Freguesia e aquilo que está nas contas, já é muito bom.

Há um pormenor que eu também queria comentar e que o meu colega anteriormente já referiu, que é o aumento das despesas com Pessoal, que como ele disse, aumentaram cerca de 7,7%. Não percebo, deve haver aí uma reestruturação de serviços na Câmara, porque de acordo com as contas que eu aqui fiz, a administração geral vai ter menos em despesas com pessoal 6,06%, os serviços de obras particulares menos 5,50%, os serviços de obras municipais mais 2,57%, a DASU, serviços de salubridade e resíduos sólidos menos 5,45% (estou a falar só de despesas com Pessoal), isto totalizado não percebo bem, dará concerteza um aumento de 7,7% e por isso que eu digo, deve haver aqui

uma grande reestruturação de pessoal, o pessoal deve ser retirado e recolocado em novos departamentos para no fundo e ainda bem, só ser aumentado 7,7%, mas mesmo assim se for aumentado 7,7% os encargos com o Pessoal também acho óptimo.

Creio que fica feita a minha apreciação e lembrem-se da primeira frase que eu disse, quando vim aqui hoje pela primeira vez, não tenho a certeza de que efectivamente esteja a consumir muito bem o dinheiro público, porque no fundo, se eu fizer alguma proposta de alteração que não posso, ela não tem consequência e no fundo, se Assembleia que não o vai fazer, recusar este orçamento também não vem nenhum bem à comunidade, porque no fundo, estes números que aqui estão não são aqueles que vamos em 2004 falar e nessa altura nós iremos ter oportunidade de voltar a falar nesta chamada vaga que considero que já é fria, porque todos os anos eu venho aqui falar no mesmo problema, os orçamentos são meros instrumentos de intenções de políticas gerais. Disse.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais ninguém inscrito, eu daria a palavra à Sr.^a Presidente!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Queria fazer apenas uma observação prévia e que foi recorrente de algumas das intervenções e que teve a ver com o atraso no envio dos documentos e nomeadamente a complementaridade da informação introdutória que foi distribuída hoje. Isto responde também à questão levantada pela Sr.^a Deputada Susana e aliás, ao facto de a Assembleia se realizar hoje e não mais cedo.

A Câmara de Leiria teve no mês de Novembro uma auditoria normal "ordinária" do Tribunal de Contas que faz parte das regras e do programa previamente definido pelo Tribunal de Contas. Foi o mês inteiro de Novembro, acabou por naturalmente afectar os serviços e portanto toda a elaboração do plano e orçamento sofreu arrastamento devido a isso e eu, tal e qual como fiz na Câmara, apresento aqui um pedido de desculpas pelo atraso e por não ter ido com a restante documentação como nós gostaríamos. A nota introdutória que foi entregue hoje, define as regras ou seja as periodizações e aquilo que para nós é efectivamente importante, assim como, as deliberações de Câmara com justificações que foram lá solicitadas e que também estão esclarecidas também foi distribuído hoje, mas teve efectivamente a ver com este atraso. Acho que é

fundamental que todos os serviços públicos estejam sujeitos a qualquer tipo de controlo e isso responde ao Sr. Deputado Rui Caseiro. É muito importante que qualquer serviço de auditoria, Tribunal de Contas, Inspeções de Finanças ou seja o que for, venham ver como é que as coisas estão a ser feitas, e garanto-lhe uma coisa, o senhor pode discutir e tem todo o direito a discutir as prioridades para o concelho, é bom que o senhor pense de uma maneira e que eu pense de outra, é assim mesmo que se faz a democracia. Agora, não lhe posso permitir que discuta o rigor e a seriedade das contas e do funcionamento da autarquia, poder pode, mas só com provas. Fica essa observação e o meu pedido de desculpas.

Relativamente à informação solicitada pelo Deputado Paulo Pedro, é evidente que a Estrada Atlântica faz parte das nossas intenções e vou-lhe explicar.

Não é possível introduzir nas rubricas respectivas do orçamento, qualquer tipo de acção ou de projecto que não tenha já o despacho de financiamento garantido. Por isso ficou a conta aberta e porquê? Porque há um projecto de intenções por parte do Ministério da Economia/Secretaria de Estado do Turismo, de apoiar este projecto e naturalmente este projecto de uma forma global, quer nosso quer das outras Câmaras. Só tem aqui reflexos evidentes no orçamento depois da aprovação formal, são as regras novas do POCAI. Nós não podemos introduzir nada em termos práticos sobretudo quando são financiamentos, que não estejam previamente aprovados. E portanto, o objectivo foi abrir a conta, só para lhe dizer fomos nós que incentivámos Pombal a aderir ao próprio projecto, porque não estava previsto inicialmente, não faz sentido aquilo ir até à lagoa da Ervedeira e não ter continuidade, e portanto, estamos desde o primeiro minuto no projecto. Vai ser feito, estamos apenas à espera da aprovação final que se prevê só vir a acontecer talvez no terceiro trimestre que é o que está programado em termos de aprovação final. É evidente e nós já falámos disso várias vezes, que as prioridades de intervenção nesta estrada, quer por parte da Câmara de Alcobaça quer por parte da Câmara da Marinha, eram francamente superiores às da Câmara de Leiria, porque nós fizemos como o senhor sabe, uma intervenção que não é aquilo que vai ser a intervenção futura, mas fizemos uma intervenção que deu para minimizar os problemas, enquanto que as outras duas Câmaras realmente tinham a estrada num estado lastimoso. Portanto, é evidente que é para contemplar.

Relativamente à sugestão correctíssima das transferencias correntes, só lhe posso dizer que o aumento que vocês vão receber este ano face às novas regras das delegações de competências, foi incluído em transferencias correntes, porque efectivamente do ponto de vista prático, tudo aquilo que se mantinha anteriormente manteve-se em transferencias de capital, as novas em transferencias correntes, e é devido a isso e a mais um outro factor que já passo a explicar, que as despesas correntes aumentam de 2002 para 2003. Porque se excluirmos as transferencias correntes para as freguesias e as transferencias correntes para os SMAS, que também era inédito, nós estamos a fazer transferencias que vão suportar despesas correntes dos SMAS que têm a ver com o tratamento dos efluentes, o aumento das despesas correntes de um ano para o outro é de 3,23%. Tem um incremento, derivado por um lado do aumento significativo das transferencias para as Juntas de Freguesia e que foi efectivamente todo classificado como corrente até para corrigir, porque as outras estavam todas classificadas como capital e para os Serviços Municipalizados. Esta é a razão do aumento das despesas correntes. Se retirarmos estes dois factores, passa a ter um aumento de 3,23% que é efectivamente insignificante face aquilo que é o aumento normal de muitas actividades.

Eu acho que é importante referir o seguinte: As despesas correntes em concelhos em que passa a haver um aumento significativo de equipamento, quer culturais, quer desportivos, quer sociais, o aumento das despesas correntes é lógico, esta explicação está dada na acta da reunião de Câmara que vos foi distribuída hoje.

Isto responde genericamente também às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Francisco Francisco. Quanto ao Sr. Deputado Domingos Neves, por um lado a delegação de competências celebrada em 2002 tem reflexos financeiros em 2003, o qual foi explicado isto aos Srs. Presidentes de Junta, e por outro lado como é sabido, só é possível fazer transferencias depois das delegações de competências e dos protocolos serem homologados e aprovados em Assembleias de Freguesia, e só depois disso é que nós passamos a dar-vos o dinheiro com reflexos no orçamento de 2003.

O anfiteatro é um projecto que está contemplado, é importante para Santa Catarina mas como o senhor disse ali e muito bem, todos os projectos são importantes para todas as freguesias.

Penso que é tudo Sr. Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.ª Presidente.

Vamos então passar à votação primeiro do ponto n.º 3:

Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Leiria para o ano de 2003!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, deliberou aprovar por maioria, com os votos favoráveis do PSD, doze votos contra do PS e Cidadãos Independentes e sete abstenções do PS e do PP as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Leiria para o ano de 2003, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Passávamos à votação do ponto n.º 4

Proposta de Orçamento da Câmara Municipal de Leiria para o ano de 2003!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, deliberou aprovar por maioria, com os votos favoráveis do PSD, doze votos contra do PS e Cidadãos Independentes e seis abstenções do PS e do PP, a Proposta de Orçamento da Câmara Municipal de Leiria para o ano de 2003, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

5. GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação, nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

6. ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE LEIRIA PARA O ANO DE 2003 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

Inscrevem-se os Srs. Deputados Luís Carvalho, Diamantino Caçador, Luís Pinto, Susana Silva e José Augusto Santos.

DEPUTADO LUÍS CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Boa noite, Luís Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Primeiro quero desejar boas festas a todos e um bom ano, já que este, como alguém disse, foi para esquecer em termos de Juntas.

Tenho a lamentar, que o Plano Plurianual dos SMAS, ainda tenha alguns valores em escudos, já estamos com o Euro há algum tempo e penso que seria bom rectificar isto. Depois, há aqui alguns valores que me deixam um bocadinho insatisfeito e que têm a ver com a questão do saneamento. Vejo que vai haver no próximo ano mais investimento em água do que em saneamento e isso só se irá contrariar em 2004 e 2005. Quando já aqui se falou e tenho repetido várias vezes que estamos muito mal em termos ambientais, aliás, o problema da água derivou de uma questão ambiental, acho que é de repensarmos que temos que investir mais no saneamento para que não se voltem a repetir os problemas que surgiram com a questão da água. Estamos a atacar o problema pela parte final que é resolver o problema da água, quando devíamos atacar pela parte inicial que era resolver o problema do saneamento. Era só isso, obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Diamantino Caçador!

DEPUTADO DIAMANTINO CAÇADOR (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Diamantino Caçador, Grupo de Cidadãos Independentes.

Ainda em relação ao ponto anterior, por lapso, a Sr.^a Presidente não me respondeu à questão que tinha colocado sobre a rubrica " Remunerações por doença" agradecia que depois se fosse possível me respondesse.

Em relação ao orçamento e plano dos SMAS, pelo menos está melhor que o da Câmara Municipal, já dá para perceber mais alguma coisa. É mais fácil de leitura, é mais claro e dá para perceber quais são os objectivos.

De qualquer forma, em relação ao plano e ao orçamento, apraz-me também felicitar algumas opções estratégicas, nomeadamente a da conclusão do saneamento para o concelho até 2005, se foi o que entendi do plano e do orçamento.

Não obstante, temos de ser realistas e deparámos com um plano que pensamos ser difícil de executar e isto por duas ordens de razão:

Primeiro pelos fundos. Os fundos que serão necessários para conseguir concretizar este plano ao longo dos próximos quatro anos. Há uma subida muito grande das verbas dedicadas ao saneamento e não está explícito onde é que estão as fontes de financiamento. Será que virá da Câmara? Não me parece, dado não estar explícito no orçamento e no plano da Câmara Municipal, fundos suficientes para a concretização do saneamento para todo o concelho.

Por outro lado, a capacidade de realização tendo em conta que a taxa de realização do orçamento dos SMAS no decorrer do ano tem sido de 50%, não me parece que haja capacidade para conseguir realizar tudo o que está no plano dos SMAS no decorrer dos próximos quatro cinco anos. É tudo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Deputado Luís Pinto, faça favor!

DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Muito brevemente para reforçar o meu apoio às Grandes Opções deste Plano, correspondendo a uma das promessas fundamentais que o Partido Socialista fez em campanha eleitoral, a de concluirmos o saneamento básico dentro deste mandato. Sabendo que não é uma solução fácil, sublinhava o esforço que a autarquia deve ter no sentido de apoiar os SMAS para que esta tarefa seja possível, encontrarem-se os mecanismos financeiros que viabilizem senão o limite de 2005 que parece ainda alcançável, pelos menos que esteja muito próximo. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Deputada Susana Silva!

DEPUTADA SUSANA SILVA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO DA CARPALHOSA)

Obrigada Sr. Presidente.

Susana Silva, Presidente de Junta do Souto da Carpalhosa.

Há uma dúvida no plano plurianual dos SMAS que eu gostava de ver esclarecida. Segundo este plano para o ano 2003/2006, e passo a citar: " a zona norte do concelho que se integra no sistema Carreira, terá o seu desenvolvimento a nível

de saneamento para os anos seguintes...". Se taxativamente isto é tal e qual o plano plurianual do ano passado dos SMAS, o que eu queria ver confirmado era o seguinte : não vai haver saneamento na zona norte do concelho antes de 2006? Não vem aqui escrito! Aquilo que vem aqui confirmado é que, não vai haver saneamento na zona norte do concelho antes de 2006. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigada Sr.^a Deputada.

Sr. Deputado José Augusto Santos.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO SANTOS (Presidente da Junta de Freguesia da Chainça)

Boa noite, José Augusto Santos, Presidente da Junta da Chainça.

Era só para tirar aqui uma dúvida. É que realmente o plano está exaustivo, faz referência aos vários sistemas, talvez por lapso se tenham esquecido de mencionar aqui a freguesia da Chainça. Eu corri isto de trás para frente à procura da Chainça e não a encontrei ,se calhar, já passou a fazer parte de Santa Catarina da Serra outra vez. Mais, atendendo ao problema que surgiu em Setembro com a falta de água e é sabido que os lugares que estão a montante da nascente podem contribuir para essa poluição, depreendi eu daí, que fosse feita uma antecipação ao investimento no saneamento aos lugares que se situam a montante dessa nascente. Pelo que eu prevejo aqui, além de faltar a Freguesia da Chainça, isso não se verifica, porque se tal se verificasse contribuiria também para a diminuição dessa poluição. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Lavos.

DEPUTADO JOAQUIM LAVOS (Presidente da Junta de Freguesia de Carvide)

Joaquim Lavos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvide, PSD.

Não li este relatório introdutório mas refiro-me concretamente à página 4, do Plano Plurianual. Quando há bocadinho referia a questão dos investimentos e manifestei à Sr.^a Presidente a minha preocupação, não foi pela verba porque até é irrisória. Apesar da terceira fase que neste momento está a decorrer e que está previsto terminar lá para o final do primeiro trimestre, claro que o Inverno tem sido rigoroso provavelmente poder-se-á atrasar, mas enfim, essa é a fase complementar, a que me preocupa mais, é aquela cuja rede em baixa está por

concluir e que tem aqui mais abaixo " saneamento doméstico do ramo de Carvide e equipamento eléctrico" provavelmente das estações elevatórias. Para este ano são cinco mil euros, curiosamente para o ano que vem estão mais vinte e dois mil euros. De facto a verba não é elevada, mas dado o arrastar da situação mês após mês, eu dizer que me deixa preocupado, embora, pela verba eu não esteja nada preocupado. Era apenas isto que eu queria chamar a atenção. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Deputado Rui Caseiro!

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Sr. Presidente, Sr.^a Presidente da Câmara!

Há pouco, aquando da minha intervenção sobre o Plano e Orçamento da Câmara e as respostas que a Sr.^a Presidente me deu, deixou-me um bocado preocupado com o tom com que falou sobre a minha intervenção.

Queria esclarecer o seguinte: Eu parto do princípio que aliás é lógico, que as grandes opções do plano como têm aqui, uma coluna a dizer o total que está previsto e a realizar no ano de 2003, que esse valor que está aqui a investir, seja no orçamento inscrito como investimento e é o que acontece com uma ligeira diferença aqui no plano e orçamento dos SMAS. Os SMAS têm previsto onze milhões quatrocentos e dez novecentos e quarenta como investimento em 2003 e despesas de capital dos SMAS, onze milhões quatrocentos e quinze novecentos e quarenta. Portanto, há aqui uma ligeira diferença, mas é uma ligeira diferença que se pode aceitar, não tem nada a ver com a diferença que se regista em relação às contas e às grandes opções da Câmara Municipal.

Chamo a atenção para o facto de que, os instrumentos que nos são apresentados normalmente pelos Serviços Municipalizados, têm outro rigor técnico. Apesar de haver aqui alguma cópia de vez em quando como disse ali a Sr.^a Presidente da Junta do Souto da Carpalhosa, são completamente diferentes, e isto sem querer menosprezar a qualidade técnica dos serviços competentes. Como sabe, venho aqui fazer apreciações políticas fundamentadas em números que me são apresentados. Disse.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr.^a Presidente, querendo, pode responder às questões colocadas!

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Então, começava por dar uma explicação geral relativamente à questão do financiamento, que foi aqui referido.

É evidente que na nota introdutória distribuída, e é facilmente constatável através da análise quer do plano da Câmara quer do Plano dos SMAS, há aqui uma prioridade. Aliás, eu já disse há pouco que a prioridade é realmente na área do ambiente, fundamentalmente nas questões de saneamento básico e também nas da água porque também tem investimentos significativos.

Como é que se vai financiar, tanto mais, que se ouviu em determinada altura e penso que era isso também que o Sr. Deputado queria dizer, que os fundos comunitários para a área do ambiente/saneamento, que estariam senão esgotados, quase esgotados a nível da CCR Centro. Eu passo-lhe a explicar o seguinte: Há uma medida própria em termos de candidaturas, que é o eixo 1.2, onde são apresentadas as candidaturas na área do ambiente, nomeadamente saneamento básico, e é essa que é pressuposto estar esgotada. Depois de várias conversa com o Sr. Ministro do Ambiente, ele transmitiu vontade política de que esses eixos, digamos sacos que alimentam os financiamentos, sejam reforçados sobretudo nos Municípios ou nas regiões que têm sistemas multimunicipais.

Isto porquê? Porque se por um lado temos os sistemas multimunicipais a construir as redes em alta, nomeadamente no caso do saneamento básico e depois na água, faz todo o sentido que as autarquias tenham capacidade financeira para acompanhar as redes em baixa, senão temos metade do *puzzle* feito e depois não temos o sistema completo. E portanto, ele tem manifestado esta intenção, através de negociações mesmo com Bruxelas, de reforçar significativamente esta verba neste eixo, mas existem outros eixos de candidaturas a nível da região centro. Uma delas é o eixo 1.1, que é um eixo que tem a possibilidade de qualquer Câmara candidatar qualquer projecto, não é específico é para projectos gerais, pavilhões, estradas e também saneamento, e ist, está dividido por Câmaras em termos de plafond. Tem a ver com os habitantes, com aquelas regras de distribuição que no fundo servem de base à distribuição que o Governo faz para também nos atribuir as verbas. O que é que aconteceu no caso da Câmara de Leiria? Atribuindo a prioridade ao saneamento básico, ficou praticamente com todo o bolo neste eixo, destinado hipoteticamente ao saneamento básico, isto é, se o eixo do saneamento básico não for reforçado, nós temos ali uma capacidade significativa de investimento e quando estou a

falar em capacidade significativa é superior a um milhão e meio de contos porque foi esta a estratégia. Enquanto nós não tivermos a certeza absoluta de que o eixo do ambiente/saneamento básico vai ser reforçado como o Sr. Ministro tem dito, nós não vamos esgotar a outra verba, no dia em que vier a ser reforçado e espero que seja rápido, podemos ir candidatar outros projectos aquele eixo generalista. Agora, isto não pode ter expressão directa no orçamento pela razão que eu há pouco expliquei, porque só pode ter expressão aqueles que já estão aprovados. E nós aqui, só pusemos objectivamente de acordo com as regras do POCAL aquilo que já está aprovado, e estes não são projectos aprovados, mas temos a garantia absoluta de que temos aquele plafond guardado e que eu entendi estrategicamente que devia ficar guardado para projectos na área do ambiente, nomeadamente saneamento básico. Conforme o Sr. Ministro do Ambiente prometeu, se no princípio do ano de 2003 conseguir o reforço do eixo concreto do ambiente, nós nessa altura vamos lá apresentar as candidaturas e esgotamos a verba do eixo que é "fefizado" é assim que se chama, que é distribuído pelas Câmaras de acordo com determinados plafonds. Portanto, há aqui garantia de termos financiamento e financiamento significativo.

Relativamente à questão colocada pela Deputada Susana, o texto não é efectivamente claro, mas conforme o Deputado Luís Pinto referiu na intervenção dele, pelas acções e pelos projectos, percebe-se que o objectivo transmitido através deste plano e do orçamento, é de terminar 2005 quase na totalidade, ou seja, a zona norte também em 2005, acompanhando o ritmo das redes em alta e da dita ETAR que há-de ficar algures num sítio qualquer.

Relativamente à Chainça, está efectivamente incluída no projecto de Santa Catarina. E porquê? São as designações! Os projectos nos SMAS, têm a designação técnica, já houve um Presidente da Junta nomeadamente da Azoia, que me falou que faltava aí Vale Gracioso e está, não está é especificado. As designações dos projectos nos SMAS são as designações técnicas que os serviços técnicos atribuíram aos próprios projectos. Como a Freguesia da Chainça está incluída no projecto de Santa Catarina da Serra, não está especificado mas há a garantia absoluta de que está contemplado.

Em relação a Carvide, se a verba é a que lá está, é porque é essa que é precisa, mas o senhor pode tentar saber nos SMAS do ponto de vista técnico se é aquele dinheiro que lá está, agora realmente não faz sentido não haver a certeza de que

é aquele dinheiro e portanto ou houve aqui uma falha do ponto de vista de orçamentação, ou então tem de se saber para que é efectivamente.

É evidente que todo este esforço que é aqui perfeitamente expresso e que demonstra uma vontade política de terminar o saneamento ao ritmo das redes em alta, exige um esforço financeiro por parte da Câmara e a transferencia que efectivamente está prevista da Câmara para os SMAS é significativa em 2003 e basta ver as contas. Como se percebe que há transferencias para os SMAS em várias rubricas, que têm um montante muito significativo e isto significa que para além das candidaturas que naturalmente os SMAS vão fazer e que nós temos a garantia de ter cobertura, haverá cumulativamente um esforço financeiro da Câmara para financiar estes projectos que, enfim, julgo eu que não haverá duas discussões porque são projectos prioritários para o concelho.

Só uma nota relativamente à questão levantada pelo Deputado Diamantino Caçador. Eu não expliquei realmente as remunerações por doença e maternidade/paternidade, porque está na folha que vos foi distribuída com todo o pormenor, no entanto, de acordo com exigências novas de classificadores POCAL que saíram no final do ano, é preciso orçamentar as remunerações reais que os trabalhadores auferem quando estão doentes ou nestas situações que aqui estão explicadas. Antigamente, havia uma rubrica única que era "Remunerações de Pessoal", ia tudo para lá, agora é obrigatório que se preveja, o que é surrealista, qual é a componente da remuneração que diz respeito a situações de doença ou maternidade/paternidade. É evidente que isto é uma orçamentação, nunca houve experiência disto porque é a primeira vez que é exigido mas é uma orçamentação que vai ter erros, porque nós não temos hipótese nenhuma de imaginar qual o número de funcionários que vai estar doente e por quanto tempo para poder fazer uma orçamentação, só que é exigência do POCAL. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos passar à votação do ponto n.º 5.

Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar por maioria, com uma abstenção do Partido Socialista, as Grandes Opções do Plano dos

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 2do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Vamos passar à votação do ponto n.º 6.

Orçamento para o ano de 2003 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar por maioria, com um abstenção do Partido Socialista, o Orçamento para o ano de 2003 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 2do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Srs. Deputados, atendendo a que, quer nós quer as pessoas que estão a acompanhar esta sessão e que já se encontram, umas de pé outras sentadas há quase duas horas e por que já se nota também uma certa inquietude, a Mesa vai fazer um breve intervalo. A razão pela qual também o vai fazer, é a seguinte: o intervalo vai ter a duração máxima de quinze minutos porque a Mesa convida todos os presentes incluindo as pessoas que estão a assistir à nossa sessão, a partilhar uma simbólica merenda alusiva à quadra natalícia e que está à vossa disposição na mesa instalada ali no corredor.

Queria também pedir às pessoas que não fazem parte da Assembleia Municipal, o favor de se sentarem se tiverem lugar, nas filas que se seguem às dos Srs. Deputados Municipais, porque isso cria à Mesa alguns problemas em termos de votação.

Satisfazendo também um desejo que foi manifestado há pouco pelo Sr. Deputado Rui Caseiro, quero informar os Srs. Deputados, aproveitando este intervalo, que se podem dirigir ali ao gabinete de apoio à Assembleia Municipal junto da funcionária D. Teresa, para levantarem os cheques referentes a duas sessões, respectivamente de Setembro e Outubro. Queria informar ainda que, relativamente às ajudas de custo que alguns Srs. Deputados têm a receber e que respeitam ao anterior mandato, não foram ainda processadas pelo mesmo motivo da realização tardia desta sessão e envio da respectiva documentação, foi devido a auditoria que teve lugar no mês de Novembro. Espero no entanto que

para a próxima sessão seja este assunto ultrapassado e possamos pagar aos Srs. Deputados tudo aquilo que está em falta.



Srs. Deputados, vamos retomar a nossa sessão no ponto n.º 7.

**7. CRIAÇÃO DA NOVA FREGUESIA "TERRAS DO LIS" –
Apreciação, discussão e votação**

Antes de abrir o período para inscrições, queria prestar alguns esclarecimentos à Assembleia Municipal e que tem a ver com este assunto. A inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, é da exclusiva responsabilidade da Mesa da Assembleia Municipal e vem no seguimento de um ofício que nos foi enviado em 12 de Setembro último, antes da sessão de 26 de Setembro, dando-nos conta da pretensão da Comissão para a Criação da Nova Freguesia "Terras do Lis", em que nos solicitavam o agendamento deste assunto para discussão numa sessão deste órgão. Aquando da sessão em Setembro este assunto foi abordado, e, entendeu a Mesa, que devia enviar uma cópia desta petição acompanhada por um número considerável de assinaturas à Câmara Municipal para, querendo, emitir um parecer. Posteriormente, a Câmara Municipal informou a Mesa da Assembleia Municipal que, face aos pareceres emitidos em sinal contrário pelos órgãos da freguesia de Marrazes, continuam a não estar reunidas as condições para que a Câmara pudesse emitir um parecer. Informou ainda que, dado os novos órgãos saídos das Eleições Autárquicas de 16 de Dezembro de 2001 não se terem ainda pronunciado, foi deliberado em reunião camarária, solicitar a estes novos órgãos que manifestassem a sua posição relativamente a este assunto.

Neste momento a Mesa da Assembleia Municipal entendeu que já tinha condições para pôr à discussão e votação este assunto dado que, possui não só toda a documentação que foi enviada por aquela Comissão como também os pareceres emitidos pela Junta de Freguesia e pela Assembleia de Freguesia dos Marrazes, documentação essa que foi distribuída por todos os Srs. Deputados.

Posteriormente, recebi um ofício do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, dando-me a conhecer que efectivamente o ponto não devia ser agendado com esta denominação mas sim no sentido de ser emitido um parecer. É óbvio que sendo o objecto a criação de uma nova freguesia, a Assembleia Municipal apenas poderá deliberar no sentido de emitir um parecer porque, como todos sabemos a aprovação deste assunto é da competência da Assembleia da República, no

entanto, o processo deverá ser instruído com os pareceres emitidos pelos respectivos órgãos locais.

Quero também dizer que, independentemente daquilo que aqui for votado e do parecer que se possa dar, é apenas um sinal de concordância ou não com a criação da nova freguesia.

Feitos estes esclarecimentos, pergunto se alguém se deseja inscrever sobre este assunto?

Inscrevem-se os Srs. Deputados Joaquim Lavos, José Miguel Martins, Ilídio Fernandes, Manuel José Carvalho, António Ferrinho e Lia Ferreira.

Meus senhores, vou dar a palavra em primeiro lugar ao Sr. Presidente da Junta dos Marrazes.

DEPUTADO ANTÓNIO FERRINHO (Presidente da Junta de Freguesia dos Marrazes)

António Ferrinho, Presidente da Junta dos Marrazes.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.^a Presidente da Câmara, caros colegas membros desta Assembleia, meus senhores e minhas senhoras!

A razão que me leva a dirigir-me a Vossas Excelências, é obviamente a emissão do parecer que foi solicitado a esta Assembleia Municipal, para a criação de uma nova freguesia a destacar da freguesia de Marrazes e que poderá ter o nome de "Terras do Lis". O direito de autonomia e autodeterminação dos povos, que é o que está em causa neste processo, é um direito inato e que não deverá ser cortado, antes incentivado, quando essa é a vontade inequívoca dos cidadãos. Esta vontade ao logo dos tempos, tem-se manifestado através de reacções, umas mais pacíficas do que outras, dos povos e cidadãos nesse sentido. Não pensamos hoje nem aqui, que para afirmar a sua autodeterminação os cidadãos residentes nas zonas envolventes a desanexar da freguesia de Marrazes, se manifestassem de outra forma que não fosse racional e ordeira, ou mesmo representativa. Porém, a representatividade que tem que ser objectiva e demonstrar inequivocamente que essa é a vontade dos que são representados. A Comissão que ora solicita o parecer a esta Assembleia, apresenta-se como representante dos cidadãos dos lugares a desanexar, argumentando que essa legitimidade lhes advém de plenários realizados em Gândara dos Olivais, em Sismaria e posteriormente no pavilhão gimnodesportivo Afonso Lopes Vieira. Supondo que o universo de eleitores das pretensas áreas a desanexar, é de seis mil eleitores, este é um valor meramente de suposição, porque os dados

fornecidos pelo S.T.A.P.E. apenas indica o número de eleitores por freguesia e não por lugares diferenciados, e que desses seis mil eleitores apenas cerca de centena e meia das pessoas que estavam presentes e representadas no referido plenário no pavilhão, dados também fornecidos pela comunicação social na altura, deixam sérias dúvidas, se é ou não a vontade daquele universo de pessoas passarem a pertencer a uma nova freguesia. De facto, presentemente não basta invocar razões de ordem histórica, para legitimar a pretensão. É que, actualmente e do universo referido de seis mil eleitores, volto a referir é presumido, apenas um quinto será de naturais, sendo os restantes novos residentes que por vários motivos passaram a residir naqueles lugares.

E se assim é, como se manifesta então a vontade de autodeterminação?

É claramente uma vontade, se é que existe, residual de uma minoria sem suporte nem apoio dos restantes residentes. Enquanto Presidente de Junta, tenho tido oportunidade de contactar com muitíssimas pessoas, residentes nos lugares de Gândara dos Olivais, onde tenho também familiares, Outeiros da Gândara, Sismaria, Rego D'Água, Bairro das Almuinhas e outros lugares que não vale a pena enumerar, que me têm dito, uns que não concordam com a divisão. Outros, que desconheciam por completo que havia esse movimento e outros ainda, que embora defensores da divisão, repudiam a ideia de uma ligação entre a Gândara dos Olivais e a Sismaria. Refiro a propósito e por mera curiosidade, um abaixo assinado de moradores do Bairro das Almuinhas, Sismaria e Arrabalde da Ponte, pedindo para serem integrados na freguesia de Leiria, caso fosse criada uma nova freguesia em Gândara dos Olivais.

Quanto ao memorando apresentado nesta Assembleia, em Setembro último, a propósito das razões de ordem administrativa, onde é referido "má governação", se essa for uma das razões de peso que motivam a criação de uma nova freguesia, então, em vez de mais uma freguesia teremos o número de freguesias actualmente existentes multiplicado por dois ou por três, pois muitos dos problemas invocados são comuns a todas as freguesias. Basta termos em atenção e nesta mesma Assembleia, hoje, tivemos algumas dessas manifestações, algumas das intervenções dos Srs. Presidentes de Junta nesta mesma Assembleia, para disso tomarmos conta ou então assistir a uma das reuniões com Presidentes de Junta e Câmara Municipal, para ver que afinal e por esta ordem de ideias todos padecemos de "má governação".

Por último, resta-me lembrar, que as razões apontadas são todas elas da competência da Câmara Municipal de Leiria, pelo que me começo a sentir tentado não a promover a criação de novas freguesias mas antes a promover a criação de um novo concelho para fazer face a estes e a outros problemas que carecem de resposta.

Pelo exposto meus senhores e minhas senhoras, e reiterando a posição assumida nos dois últimos pareceres, quer da Junta de Freguesia de Marrazes quer da Assembleia de Freguesia de Marrazes, não parece ser a vontade da maioria da população nem da Gândara dos Olivais nem da Sismaria, nem dos outros lugares eventualmente a desanexar, criarem ou pertencerem a uma nova freguesia, pelo que, esta Assembleia deverá emitir um parecer negativo à pretensão apresentada para a criação da nova freguesia "Terras do Lis", votando contra. Muito obrigado e aproveito para desejar um bom ano.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Miguel Martins.

DEPUTADO JOSÉ MIGUEL MARTINS (PSD)

José Miguel Martins, PSD.

Não era minha intenção fazer esta introdução à minha intervenção, mas quero aqui dizer de viva voz, olhos nos olhos, que já tive oportunidade de dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes, que os números que ele aqui apresentou não correspondem à realidade. Não é a vontade que ele aqui transmitiu e mais, vou dizer aquilo que lhe disse a ele. Aconselho a que se integre dentro do processo, e lamento que tenha subscrito um parecer em que ele mesmo desconhece o processo e não vou entrar nisso porque nós somos umas pessoas de bem, temos o melhor relacionamento e portanto não vou entrar nessa área. Apresentámos os nossos dossiers, as nossas razões, nunca ninguém pôs em causa a nossa legitimidade nem a representatividade. De qualquer forma, a intervenção que temos preparado para aqui apresentar, mantenho-a na íntegra, porque acreditamos nas pessoas.

Não se pretende com esta intervenção e nesta fase, especificar todas as razões que nos leva a defender a criação da futura freguesia "Terras do Lis". No entanto, não será despropositado mais uma vez referir, que tratando-se de um processo com mais de dez anos, em que desde plenários, reuniões com os mais diversos organismos, recolha de assinaturas e participação em Assembleias, deve

ser reconhecida toda a legitimidade à Comissão para a criação da referida freguesia. Além do anseio das populações, que estamos perante um fenómeno natural proveniente do aumento do agregado populacional, que se alterou substancialmente ao ponto da Freguesia de Marrazes nos últimos dez anos, sofrer um crescimento de população superior a 50%, com especial incidência na Gândara dos Olivais, Sismaria e zonas limítrofes.

Não pretendemos apontar aqui o que foi feito, o que não foi feito ou o que deveria ter sido feito na região que se pretende envolver com a nova freguesia. Contudo, somos apologistas de que o progresso é mais significativo quanto mais perto o poder estiver das populações. É dentro desta perspectiva e sem que as freguesias desalojadas tenham sido prejudicadas, que temos assistido a um salutar desenvolvimento das freguesias mais recentes do concelho, como a Ortigosa, Bidoeira, Carreira, Memória e Chainça. É bom ver o empenhamento dos responsáveis e populações de todas as freguesias, no desenvolvimento sociocultural dos projectos que abraçaram, cujo reflexo se tem traduzido em melhores escolas, melhores arruamentos, melhores infra-estruturas culturais e desportivas, melhores apoios às comunidades religiosas, criação de tempos livres e centros de dia, enfim, o bem-estar das populações que se consegue tanto melhor quanto mais perto delas se encontrar o poder.

Compete aqui referir, que da parte das pessoas que têm liderado o processo, houve sempre uma abertura total ao diálogo, rigor e respeito, não só nos documentos como nos contactos com as pessoas e com as entidades envolvidas. E o nosso único objectivo com a criação de uma nova freguesia, é o progresso e enriquecimento do concelho de Leiria e suas populações. Estando certos que imperará o bom senso, terminamos citando recentes declarações do senhor Primeiro Ministro, no Jornal 2 da RTP em 16 de Dezembro de 2002, quando do projecto Programa Foral e cito "O poder deve ser exercido tão perto das pessoas quanto possível...". Disse.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr.^a Deputada Lia Ferreira, faça favor!

DEPUTADA LIA FERREIRA (PS)

Boa noite, cumprimento Vossas Excelências, Sr. Presidente da Assembleia, Sr.^a Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, os meus colegas membros desta Assembleia, os Srs. Presidentes de Junta e os jornalistas presentes e os demais participantes.

A minha intervenção prende-se exactamente com o ponto de ordem, a criação da nova freguesia "Terras do Lis".

De um ponto de vista objectivo, a criação desta freguesia parece-me ser uma questão de grande importância para as comunidades locais em questão – a Gândara e a Sismaria. E permitindo-me agora, num pequeno parêntesis, falar subjectiva e afectivamente, toca-me bastante esta questão porque representa a ligação às minhas raízes mais profundas. Na verdade, nasci na Gândara dos Olivais, há quarenta e três anos, para lá caminhei desde sempre e com mais assiduidade desde há trinta e dois anos, portanto, data em que os meus pais aí ergueram digamos assim o nosso ninho de eleição e de passar férias e de tempos festivos, para lá caminharei na minha velhice e se assim a vida me o permitir.

Voltando ao plano objectivo, tanto quanto me tenho podido aperceber ao longo de todos estes anos, a Gândara foi um forte factor de desenvolvimento no contexto concelhio. Mormente através das suas actividades económicas de peso que aí floresceram, com carácter inovador para a altura, no contexto mais amplo desta região, falo especialmente como toda a gente sabe, da indústria dos plásticos. É com muito pesar que constato que, em quarenta e três anos, a Gândara e Sismaria, não obstante as suas importâncias locais e o facto de já pertencerem à zona urbana de Leiria, não ter sido alvo de qualquer investimento de relevo a nível das infra-estruturas para o bem-estar e segurança das suas populações. Está absolutamente esquecida e marginalizada no processo de desenvolvimento local.

E para não ser demasiado exaustiva para esta Assembleia, vou apenas em tom de anotação e muito sumariamente referir alguns pontos, entre muitos outros que ficam por enunciar, que são por si só prova cabal deste abandono e negligência por parte dos responsáveis locais. Isto são situações que eu constato diariamente quando me desloco e quando me movimento dentro da Gândara onde tenho residência, e aliás, tive o cuidado especial antes de vir para aqui, de dar uma volta por toda a zona e aperceber-me dos problemas graves e prementes que existem de momento e já de alguns anos a esta parte como disse.

A degradação total dos areeiros e suas acessibilidades, a degradação total das ribeiras e nascentes também por via das descargas poluentes, ausência total de limpeza das ruas, de contentores adequados à recolha dos lixos, nomeadamente ecopontos, etc., a ausência total de passeios e delimitações das faixas de

rodagem, passagens de nível absolutamente degradadas e com falta de segurança, degradação das áreas adjacentes ao Mercado do Falcão e rotunda co-respectiva, etc, etc. Estes serão alguns dos pontos em focagem entre muitos outros.

Em suma, parece que na Gândara e Sismaria e - passo o exagero da caricatura que vou referir a seguir - ainda estamos a viver em termos de algumas infra-estruturas básicas e a nível de desenvolvimento, na Idade da Pedra. Lamento igualmente a falta de definição e as incongruências do executivo em todo este processo, quando já houve pareceres aprovados anteriormente no sentido da criação da freguesia e sendo essa a vontade maioritária e soberana das populações da Gândara e Sismaria.

Por tudo isto, impõe-se a criação da freguesia "Terras do Lis" já, sob pena das populações locais correrem o risco de verem os investimentos da freguesia a que pertencem, os Marrazes, a serem canalizados apenas para as infra-estruturas da zona de Marrazes propriamente dita, como por exemplo, na zona histórica de Marrazes e parques desportivos da Mata. Muito obrigado e boas festas a todos.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Manuel José Carvalho.

DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Deputados Municipais, Imprensa, membros da Comissão da Criação da nova freguesia "Terras do Lis"!

Antes de um ponto prévio que tinha aqui, tenho que falar de um outro segundo ponto prévio, a exemplo do que disse o Sr. Deputado José Miguel, prende-se com a intervenção do Sr. Presidente de Junta da Freguesia dos Marrazes.

Compreendo que, como freguesia cessante, sinta o processo como um processo doloroso. Não compreendo é que ponha em causa a legitimidade das pessoas que defendem outras ideias que não a dele e nomeadamente pessoas que nalgumas delas, já no tempo do meu pai se falava nessa situação, quando se fala aqui em dez anos de trabalho da Comissão da criação da nova freguesia. São os últimos dados, mas isto é um processo que tem décadas. Uma pessoa que chegou à Junta de Freguesia há um ano e que eu respeito como tal, foi eleito como tal, mas não podemos esquecer que na altura da campanha eleitoral, nos lugares da Sismaria e é dessa que falo porque conheço melhor, para distribuir a campanha do seu partido, com toda a legitimidade, andou de noite disfarçado,

porque durante o dia não encarava as pessoas e portanto a legitimidade é o que é e eu gosto de dizer as coisas como devem ser ditas.

Passava ao segundo ponto prévio.

Queria felicitar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por ter agendado este ponto; pela sua coragem, por ter cumprido a promessa que fez às gentes das Terras do Lis, e por não ceder a pressões.

Eu não vou falar dos documentos distribuídos aos Srs. Deputados, que constam de um memorando junto com a nossa documentação para a Assembleia e que documenta este ponto sete, porque é um memorando da Comissão /Criação que representa os últimos passos e os mais importantes quanto à criação da nova freguesia "Terras do Lis". Mas vou ter que falar de uma outra carta enviada, pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia dos Marrazes, é pena que ele não esteja aqui presente. E como estamos numa quadra festiva e vamos levar isto de uma maneira mais "soft", porque é de festa que se trata, e como tal, não queria deixar de lembrar a festa que foi quando os Srs. Presidentes de Junta aqui presentes fizeram, e estou a falar das mais recentes, nomeadamente Ortigosa, Memória, Bidoeira, Chainça, quando da sua legítima criação enquanto freguesia, também nessa altura foram desanexadas necessariamente de alguma freguesia.

Mas ninguém pôs em causa esse legítimo direito, assim como nós agora também achamos que temos o legítimo direito. E falo em legítimo direito porque falo aqui na dupla qualidade, como membro da Comissão de criação da nova freguesia. Já foi aqui dito pelo Sr. Presidente de Junta da Freguesia de Marrazes, as gentes da Gândara e as gentes da Sismaria nem sempre estão de acordo, é uma verdade, mas isso é como todo o processo evolutivo, tem que haver discussão e da discussão nasce a luz. Por acaso ou não, na altura em que eu estava na Assembleia de Freguesia dos Marrazes, a proposta da união das duas Comissões de freguesia na altura Gândara e Freguesia da Sismaria, foi feita por mim, e na altura foi aplaudida pelo então Presidente da Assembleia de Freguesia dos Marrazes que, sabemos nós agora, tem uma posição totalmente contrária. Acontece, há pessoas que fazem esse tipo de inflexões, mas não vamos falar mais nele porque não está presente.

No fundo a criação da nova freguesia decorre de um sentimento natural, do sentimento das populações já aqui foi dito, e do seu exercício de cidadania, levando no fim aquilo a que nós achamos ser um desígnio autárquico por excelência – aproximar os eleitores dos eleitos.

Sabemos que o desejo de emancipação é sempre doloroso para quem o concede, mas não deixa de ser legítimo para quem o recebe. Assim é quando um filho sai de casa, depois já é maior, é autónomo, e para continuar a crescer precisa do seu espaço, quanto maior for a sua realização certamente maior será a realização do pai.

Era assim que nós gostaríamos que tivesse sido este processo da criação da nossa freguesia de "Terras do Lis". Certamente com os avanços e recuos necessários num processo destes mas com transparência e verticalidade, que tem faltado. Não se podem arvorar agora aqueles de democratas, que na legislatura anterior não o foram ou não respeitaram a votação da Assembleia de Freguesia contrária aos seus interesses, permitindo-se até adular uma acta, que teve até de ser devolvida pela Sr.^a Presidente de Câmara, sabendo que ela tinha incorrecções. Ao não respeitar essa decisão de um órgão autárquico, é como sempre que mudasse uma legislatura, os compromissos havidos seriam feitos tábuas rasas no executivo seguinte; é como se questionássemos o EURO 2004 que tinha sido assumido por outro partido e agora o Governo tem outro partido, é a mesma coisa.

Senhores Deputados, não queremos criar animosidades com a freguesia dos Marrazes, à qual nos ligam laços profundos que queremos manter. Queremos sim, dar cumprimento ao anseio das populações, consubstanciado em abaixo assinados com milhares de assinaturas, para que continuemos a crescer como cidadãos num concelho próspero como o nosso. Reflectam na vossa posição. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Lavos.

DEPUTADO JOAQUIM LAVOS (Presidente da junta de Freguesia de Carvide)

Joaquim Lavos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvide, PSD.

Perguntarão os senhores, porque razão é que estará aqui o Presidente de Junta de Carvide? E respondo muito simplesmente, que se de facto não tivesse sido abordado, se de facto não considerasse a freguesia dos Marrazes como a minha freguesia adoptiva e já estou por lá quase há duas décadas, se não considerasse isso, naturalmente que não viria aqui.

Tenho amigos de um e de outro lado, com posições pró e contra e inversamente. Por isso entendo e por respeito a todos eles, que é a eles, aos habitantes da freguesia dos Marrazes, só a eles, que cabe essa decisão. Venho aqui ,porque no passado dia 27, tive uma Assembleia de Freguesia, na qual foi abordada a situação e foi falada uma coisa que realmente há pouco já disse aí a um membro da Comissão, e também disse ao Sr. Presidente da Junta dos Marrazes: Espero que isto não constitua de maneira nenhuma, que não seja determinante no processo em curso, não quero de facto atear esse rastilho, mas foi dito que "Terras do Lis", são todas aquelas que confinam com o Rio Lis, desde as Cortes a Carvide ou ao Coimbrão, apenas está em causa o nome. Peço perdão por levantar esta questão mas não podia de maneira nenhuma, deixar de o fazer visto que, fui eleito por pessoas da minha freguesia e de várias delas ouvi esta situação. Tenho dito, muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ilídio Fernandes!

DEPUTADO ILÍDIO FERNANDES (PP)

Ilídio Fernandes, do PP.

A pretensão das populações de Leiria/Gare e Gândara dos Olivais, de criarem a sua própria freguesia com o nome "Terras do Lis" não é nova, e com os elementos de que disponho, parece-me não só possível como até muito justa, separando-se desta forma da grande e populosa freguesia de Marrazes que muito respeito.

Parece-me que tanto a freguesia de Marrazes como a nova freguesia que pretende nascer, só têm a ganhar com esta solução. Não pretendo no entanto, meter a foice em seara alheia, pois compete aos representantes das populações, Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Marrazes, democraticamente eleitos, resolverem cabalmente e em tempo útil, os assuntos normais e também os mais difíceis, como parece ser agora o caso.

Não entendo no entanto, como tem sido possível protelar por vários anos, dez pelo menos, um assunto tão importante. Em tempos, constava que o assunto estava apenas dependente do acerto de limites a estabelecer entre Marrazes e a nova freguesia de "Terras do Lis". Com a documentação que agora nos foi enviada, pela Assembleia de Freguesia de Marrazes, ficamos a saber que tudo voltou à estaca zero. Em último caso, se os proponentes da criação de nova

freguesia, se tiverem de dirigir directamente à Assembleia da República, o que também é possível para conseguirem o que pretendem, aos representantes da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia dos Marrazes que me merecem obviamente o maior respeito, atrevo-me a fazer um pedido que pode ser até um pequeno e modesto conselho. Deixem que as populações que pretendem integrar a nova freguesia "Terras do Lis", construam o seu próprio caminho e corram elas mesmas atrás da sua própria estrela. Nos últimos vinte anos, criaram-se quatro ou cinco novas freguesias, destacando-se de outras do nosso concelho e as populações só ganharam com isso. Muito obrigado.

Para não voltar cá acima, proposta da bancada do CDS/PP:

"O CDS/PP propõe que dada a responsabilidade do assunto em discussão, que a votação do ponto n.º 7 – Criação da Nova Freguesia "Terras do Lis", seja por voto secreto evitando ferir desta forma algumas susceptibilidades pessoais."

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado, já estava acordado entre todos os partidos que a votação era secreta!

Sr. Deputado Luís Pinto!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Não era para me dirigir à Assembleia neste ponto da ordem de trabalhos, mas o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes, introduziu aqui uma nova situação. Nunca de facto ninguém tinha posto em causa a legitimidade da Comissão para a criação da nova freguesia. É um elemento novo, e sendo um elemento novo, permitia-me desafiar o Sr. Presidente de Junta, se é essa a única divergência que leva a não apoiar a criação da nova freguesia, a propor a criação de um referendo, para que a população daqueles lugares possa ser consultada em relação a essa vontade. Porque após tantos anos de debate e não considerando o próprio Presidente de Junta nomeadamente em termos de campanha eleitoral, onde podia ter proposto este assunto a debate mas fugindo sempre de debater esta situação, é negativo penso eu nesta altura, vir a pôr em causa um movimento que já vinha de trás. E portanto no mínimo, ou não se pode colocar essa situação, ou as suas razões são outras, ou então só um referendo pode alterar essa posição, que não vimos da parte dos eleitos dos Marrazes essa iniciativa, no sentido de repor esta situação. Se tem dúvidas então, consulte a população em causa, nós não temos dúvidas e penso que os

milhares de pessoas que têm subscrito o abaixo-assinado, são claros nessa matéria. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não havendo mais ninguém inscrito e sendo que a Mesa já havia deliberado que a votação iria ser por voto secreto, vamos então proceder à votação.

Pedia à D. Teresa que distribuísse os boletins de voto. A forma de votação é escrever apenas sim ou não, ou seja, é a favor ou é contra a criação da nova freguesia.

(chamada por ordem alfabética, para introdução do boletim de voto na urna)

Srs. Deputados, há alguém que não tenha sido chamado para votar?

Então vamos proceder à contagem dos votos!

Srs. Deputados, terminada a contagem, e com base nos votos apurados, a Assembleia Municipal de Leiria, emitiu um parecer favorável com trinta votos a favor, dezasseis votos contra e nove votos em branco.

Eu agradecia às pessoas que estão na assistência que não se manifestassem porque além de não ser permitido por Lei, isto ainda não é uma vitória, é apenas um primeiro passo. Foi apenas a emissão de parecer na sequência do solicitado por essa Comissão a esta Assembleia, e portanto quando for precisa uma certidão desta votação, nos passá-la-emos.

Vamos passar ao ponto seguinte:

8. PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITAS, RESPECTIVAMENTE, NO LARGO DE INFANTARIA 7 E NO LARGO DR. SERAFIM LOPES PEREIRA, NA FREGUESIA E CONCELHO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 4 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01

Quem se deseja inscrever?

Sr. Deputado Luís Pinto, faça favor!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

O Partido Socialista vai votar favoravelmente este pedido. De qualquer forma, não deixamos de repetir algumas recomendações no que toca à questão dos parques subterrâneos. Não podemos cair na situação de a maioria do estacionamento da cidade ser pago. É preciso encontrar soluções, nomeadamente nas artérias circundantes à cidade, no sentido de habituar as

peças a deixar os seus carros e criar verdadeiras alternativas com transportes públicos de modo às pessoas chegarem ao centro da cidade.

Por outro lado, é importante salvaguardar também as situações dos moradores no sentido de garantir um número significativo de veículos para que sejam destinados. Eram estas as recomendações que deixava.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Mais inscrições?

Sr. Deputado Francisco Francisco.

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (PP)

Eu só queria fazer uma pergunta talvez à Sr.^a Presidente.

Porquê privatizar um espaço que é público? Quem deu aquele espaço à Câmara? Quem será o próximo beneficiário? Não é dito agora!

Eu penso que com esta proposta, talvez tivesse dito que é desanexado a favor de. Agora, vai-se dar alguém? Vai-se ceder temporariamente? Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado.

Não havendo mais inscritos, daria a palavra à Sr.^a Presidente, querendo, para responder às questões.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É só para explicar que não há aqui nenhuma operação de privatização ou de cedência ao domínio privado puro. É passar do domínio público do Município para o domínio privado do Município, para efeitos de concessão de exploração do espaço. Mas é obrigatório, não se pode fazer isto considerando que o espaço é do domínio público do Município, tem que passar para o domínio privado mas continua a ser do domínio privado do Município, em regime de concessão por tempo indeterminado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigada Sr.^a Presidente.

Vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria contida em sua deliberação de 16 de Dezembro de 2002, "DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITAS

RESPECTIVAMENTE, NO LARGO DE INFANTARIA 7 E NO LARGO DR. SERAFIM LOPES PEREIRA, NA FREGUESIA E CONCELHO DE LEIRIA ", nos termos do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 53º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Quem é que se inscreve?

Deseja dar uma explicação Sr.ª Presidente?

Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Penso que era importante fazer um esclarecimento prévio, na medida em que julgo que esta documentação foi distribuída tardiamente.

Trata-se de um terreno que fica na continuação do jardim da nova Leiria. A parte do jardim que já tem as infra-estruturas feitas, onde funcionou a feira, é do domínio privado do Município. A partir dali naquela fronteira, existe um terreno que é particular. É evidente, que é importante não só para as acessibilidades mas para a construção plena do jardim, que este terreno passe para a posse do Município. Fizeram-se várias conversações com os proprietários, e não houve acordo do ponto de vista de valores. Trata-se de um terreno que é Reserva Agrícola e Reserva Ecológica, que é perímetro de rega, penso que são estas as características. Só que, os valores que efectivamente que nos foram apresentados pela avaliação, são de longe muito inferiores aqueles que os proprietários pretendem. Portanto, em conversações havidas com os proprietários, eles próprios entenderam e aceitaram que a forma de resolver o problema, era avançar com o processo de expropriação. E o que aqui está, é a solicitação de autorização à Assembleia Municipal, para se avançar com o processo de expropriação, para que aquele terreno que fica efectivamente numa zona nevrálgica para complementar toda aquela margem do rio, venha à posse da Câmara.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não havendo inscrições, passaríamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 14º do Código das Expropriações, autorizar e declarar de utilidade pública a expropriação da parcela de terreno com a área de 19,910 metros quadrados, sita no

lugar de Casinha, freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, necessária à execução de acessibilidades ao Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa, em Leiria.

10. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA "ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO – ENSINO SUPERIOR - Autorização nos termos da a) do n.º 2 do art.º 53º da Lei N.º169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 – Apreciação, discussão e votação;

Alguém se deseja inscrever para discutir este ponto?

Sr. Deputado Ilídio Fernandes, faça favor!

DEPUTADO ILÍDIO FERNANDES (PP)

A minha intervenção neste momento, deve-se sobretudo à falta de elementos de que disponho sobre este assunto.

Queria propor à Câmara, se é que já não foi feito mas como disse não tenho elementos sobre isso, que ouça sempre as Juntas de Freguesia da residência dos respectivos candidatos, isto na tentativa de que, por vezes, há os que necessitam mas também há aqueles que necessitam mais. Uma informação é sempre uma informação e certamente que a Junta de Freguesia está em condições de saber um pouco mais sobre isso. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais inscritos, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal para alteração do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo no Ensino Superior, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

11. SEGUNDO EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA PELO PERÍODO DE 20 ANOS; Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea d), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01;

Quem se quer inscrever?

Sr. Deputado Rui Caseiro e Francisco Francisco.

Faça favor!

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

É conhecido o meu princípio irredutível, quanto à forma como devem ser apresentados os documentos a esta Assembleia. Obrigatoriamente, para que seja concedida autorização para a Assembleia deliberar sobre um empréstimo, tem que vir até nós um mapa de responsabilidades que até ao momento...

Desculpe Sr.^a Presidente, mas eu não tenho nenhum mapa desses!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Mais alguém não tem este mapa? É uma folha solta, poderá estar metida entre os outros documentos...

Bem de qualquer maneira vou pedir à funcionária para tirar fotocópia do mapa, para entregar agora a quem não tem.

Sr. Deputado Francisco Francisco!

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (PP)

Mais uma vez, venho manifestar o meu desagrado pelo modo como isto é apresentado e já o tinha feito no outro. É apresentado um mapa de endividamento que não diz nada. Este mapa de endividamento, não tem o plano de pagamento. Se isto for o endividamento da Câmara, porque não tenho aqui os valores líquidos, dá quarenta e um vírgula quarenta milhões de euros. Se olharmos para o orçamento que foi apresentado há pouco, e se tirarmos as vendas de capital, isto é mais do que as receitas da Câmara num ano inteiro. Se agora nos querem juntar mais vinte e tal milhões de euros, sem plano prévio de pagamento, só pergunto como é que a Câmara vai pagar isto? Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Mais alguém?

Sr. Deputado António Febra!

DEPUTADO ANTÓNIO FEBRA (Presidente da Junta de Freguesia da Maceira)

Boa noite. Sr. Presidente da Assembleia, Sr.^a Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados!

Claro que isto é uma realidade que todos nós temos que assumir. É uma despesa local que não só gasta mais que todas as freguesias juntas, mas muito mais.

É uma pena que assim aconteça, mas nós temos que seguir aquilo que outros começaram. Se está mal ou bem, temos que assumir as responsabilidades,

agora, gostava de deixar aqui um pequeno apelo e uma pequena lembrança. Aqueles que vierem atrás de nós, tenham a possibilidade de respeitar todos aqueles que estão agora com o poder nas mãos, e que não digam de hoje a amanhã, que foi tudo feito no local e as freguesias continuam velhas, degradadas, sem apoio ou com muito pouco apoio. Embora ressalvando o esforço que foi feito pela Câmara, no que diz respeito ao saneamento e às águas, mas isso são obras que já deviam estar feitas há muitos anos, nós devemos agradecer o esforço, mas não podemos esquecer que há outros trabalhos que o povo anseia e que espera por eles há muitos anos. Tem que haver um esforço redobrado da Câmara, para que no futuro as populações não venham a dizer que este período foi um período negro por causa do EURO 2004.

Por outro lado, houve um esforço nas transferências e competências para as freguesias, mas ficou muito aquém daquilo que seria de esperar. Este ano temos que aceitar o que foi feito, já foi muito mais do que aquilo que foi feito anteriormente, mas esperamos que a nossa digníssima Presidente, pense ainda neste ano que está a acabar, que para o ano tem de fazer muito melhor para que consigamos também fazer mais trabalho nas freguesias, contentando as populações acabando com os desastres que existem. O saneamento é uma coisa espectacular mas hoje não há fiscalização e as coisas andam muito mal. Estou convencido que só na Maceira é capaz de haver um prejuízo de alguns quinhentos mil contos só em estragos de carros, pneus buracos, etc. Deixo aqui um apelo para dar alguma força a quem de direito, para que realmente o valor que esse trabalho tem seja dignificado. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação deste ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera aprovar por maioria, com dez votos contra e sete abstenções, a contratação do empréstimo no valor de vinte e dois milhões quatrocentos e sessenta mil euros, junto do Banco BPI,SA, pelo período de vinte anos, para financiamento das obras do Estádio Municipal de Leiria, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2, do artigo 53º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

12. PROPOSTA DE REGULAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS DE PASSAGEIROS – TRANSPORTE DE TÁXI –Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do n.º2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5.A/2002 de 11/01;

Alguém se quer pronunciar sobre este ponto?

Não há ninguém inscrito passamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade, aprovar a proposta de Regulamento de Transportes Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte de Táxi - nos termos da alínea a) do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.

13. ALTERAÇÃO DO OBJECTO EM PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DA CARANGUEJEIRA–Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea s), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/200 de 11/01

Alguém se deseja inscrever?

Não há inscrições, passamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, autorizar a alteração do objecto em protocolo de delegação de competências da Junta de Freguesia da Caranguejeira, na sequência da anterior deliberação que aprovou aquela mesma delegação de competências.

14. ALTERAÇÃO DO OBJECTO EM PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE MEMÓRIA E MILAGRES; Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea s), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/200 de 11/01

Há inscrições?

Não havendo passamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, autorizar a alteração do objecto em protocolo de delegação de competências das

Juntas de Freguesia da Memória e Milagres, na sequência da anterior deliberação que aprovou aquela mesma delegação de competências.

15. INDICAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (MANDATO 2003/2004) – Apreciação e votação;

Em relação a este ponto não há necessidade de votação.

Sugeria que cada Grupo Municipal aqui representado, indicasse uma pessoa para integrar esta Comissão.

Pela parte do Grupo do PSD, tenho a informação de que foi indicada a Sr.^a. Deputada Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria; o Grupo dos Cidadãos Independentes indica a Sr.^a Deputada Susana Ervilha; o Grupo do PS indica o Sr. Deputado João Rodrigues Fonseca e o Grupo dos CDS/PP indica a Sr.^a Deputada Rute Pinho.

Assim, a Assembleia Municipal de Leiria, delibera aprovar por unanimidade, a indicação dos Srs. Deputados Laura Esperança, João Rodrigues Fonseca, Rute Pinho e Susana Ervilha, para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Leiria no mandato de 2003/2004.

16. PROJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea s), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/200 de 11/01

Dava a palavra à Sr.^a Presidente, querendo...

Não quer!

Inscrevem-se os Srs. Deputados Luís Pinto, Susana Ervilha, Rui Ferreira, Susana Silva e Luís Carvalho.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Aproveitava o último ponto da ordem de trabalhos, para falar sobre ele e depois fazer mais duas considerações.

Em relação ao ponto, felicitar a Sr.^a Presidente pela excelente campanha de marketing nos órgãos de comunicação social em relação a esta matéria, que me parece exagerada e injusta. E esperar que sobretudo essa capacidade de alguma forma convencer os órgãos de comunicação social, de uma coisa que não é

verdadeira, pelo menos que o seja nos próximos anos e que estas transferencias se intensifiquem e possam de facto trazer muitos mais recursos para as freguesias. E que, como aliás hoje aqui em diferentes pontos da ordem de trabalhos foi lembrado por Presidentes de Junta de todas as bancadas e sobretudo por membros também da bancada do PSD, das necessidades e do atraso do desenvolvimento em que o nosso concelho está mergulhado, e que se não houver grandes alterações nas prioridades, teremos de facto muitos anos para recuperar um atraso que é cada vez mais significativo.

Logo no início da nossa ordem de trabalhos e após a discussão no período de antes da ordem do dia, passou-se aqui uma coisa durante o qual não quisemos estar a perturbar o decurso dos trabalhos, mas que não posso deixar em claro.

A intervenção do senhor 2º Secretário, foi feita em perfeito desrespeito pelo Regimento desta Assembleia. O senhor Presidente da Mesa deu como esgotado o período de intervenções para aquele ponto e é mau que sejam elementos da própria Mesa a contrariar o Regimento. E portanto, espero que fique lavrado em acta e registado pela Mesa, que fica a Mesa eticamente sem o direito no futuro, quando algum membro desta Assembleia o quiser fazer, de falar sobre aquilo que quiser e lhe apetecer e quando quiser, porque no fundo foi aquilo que aconteceu. Em relação aquilo que foi dito, não me vou alongar nem fazer uma grande intervenção porque guardar-me-ei para quando o assunto for agendado, mas não quero deixar de chamar a atenção do senhor Secretário que, e sobretudo a partir do momento em que foi o próprio executivo da Câmara que colocou a discussão pública esta matéria. Não eliminados na matéria, todos os cidadãos estão em ponto de igualdade e não há espertos e inteligentes uns mais que outros. O senhor acabou por insultar um conjunto muito largo de cidadãos deste concelho, não só aqueles que subscreveram o documento como também o direito de subscrever os documentos, dar opinião e exercer o direito de cidadania, o senhor não tem o direito nem ninguém num Estado de direito, de o contradizer. Não há espertos nem inteligentes. Eu fui um dos elementos que subscrevi o documento e não aceito o tipo de palavreado da sua intervenção. Obrigado

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr.ª Deputada Susana Ervilha!

DEPUTADA SUSANA ERVILHA (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Susana Ervilha, Cidadãos Independentes.

Boa noite a todos. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Deputados;

Desejo a todos a continuação de umas boas festas e um bom ano novo.

Quanto ao ponto que aqui me traz, o Projecto de Protocolo de Delegação de Competências em Juntas de Freguesia, o Grupo Municipal de Cidadãos Independentes, quer aqui expressar a sua satisfação por esta iniciativa que apoiamos.

Estamos de acordo com esta delegação de competências em Juntas de Freguesia, pois sempre apoiamos e defendemos a descentralização. Este foi e é um princípio que desde o início do nosso movimento sempre defendemos, e porque somos oposição construtiva, congratulamo-nos com esta iniciativa.

A descentralização, foi um dos cinco principais pontos da candidatura do Grupo de Cidadãos Independentes aos órgãos municipais. Daí que, defendamos este princípio e um objectivo que queremos ajudar a alcançar – aproximar os eleitores dos eleitos. Defendemos que o poder deverá estar mais próximo dos cidadãos, pois só assim se poderá em tempo útil, conhecer e resolver os problemas das populações. Com este protocolo que terá de ser atempadamente cumprido pela Câmara, sob pena de falhar completamente a sua intenção, as Juntas de Freguesia, que são o órgão que mais próximo estão das populações e que de mais perto conhece e sente as suas necessidades, as Juntas de Freguesia poderão assim actuar mais rápido e eficazmente, servindo melhor o interesse das populações, indo de encontro aos seus anseios e necessidades.

Ao dotar as Juntas de Freguesia de meios económicos financeiros e de um quadro de pessoal administrativo e técnico adequado à dimensão da freguesia, estas dependem delas próprias, para atender às necessidades das populações que servem. Este é um poder autárquico que o Grupo de Cidadãos Independentes defende e quer para o concelho de Leiria, pelo que vê com agrado esta iniciativa.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigada Sr.ª Deputada.

Sr. Deputado Rui Ferreira

DEPUTADO RUI FERREIRA (Presidente da junta de Freguesia da Boavista)

Boa noite, Rui Ferreira, Presidente da Junta da Freguesia da Boavista, PS.

Queria aqui chamar apenas a atenção, para o referido no artigo 2º do protocolo: "*para além das competências próprias das Juntas de Freguesia referidas no artigo 34º, do decreto-lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, são delegadas as seguintes competências: Conservação e Reparação das vias públicas, incluindo bermas, valetas e aquedutos. A Câmara Municipal continuará a ser responsável pelas principais vias municipais excepto nos troços que se situem nos núcleos ou áreas urbanas das freguesias...*". O que, no caso da Boavista significa que, ficaremos com a responsabilidade da totalidade da rede viária, e portanto, não foi isto e corrijam-me se estiver a interpretar mal, que me foi dito. O que nós combinámos foi que, as vias estruturantes ficariam a cargo da Câmara. Se de facto se confirmar o que aqui está escrito, ficaremos com a totalidade, o que significa de facto, uma responsabilidade muito grande e a verba é manifestamente insuficiente nesse caso.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr.ª Deputada Susana Silva!

DEPUTADA SUSANA SILVA (Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa)

Muito obrigada Sr. Presidente.

Em relação ao protocolo de delegação de competências gerais, a Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa não pode deixar de se congratular, pelo conjunto de critérios que vão possibilitar uma maior clareza na distribuição das verbas que a Câmara Municipal vai atribuir a cada Junta de Freguesia. É claro que a partir deste critério, todos nós sabemos quanto é que as Juntas de Freguesia recebem e é muito mais fácil quantificar, coisa que não era possível até então, pela cedência de materiais e pela cedência das brigadas temporariamente. É claro que é uma delegação muito importante, porque dá mais responsabilidades às Juntas de Freguesia que tanto anseiam por isso. No entanto, e tenho que protestar em relação a isso, julgo que há uma penalização à Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa, porque os ajustes e os critérios não a beneficiam tanto assim quanto se poderia esperar. Há um factor que sou totalmente contra e que queria deixar aqui bem claro, que é o critério do PDM. Se a delegação de competências que aqui hoje vamos aceitar, creio que a vamos aceitar, é para a conservação do que existe, não faz qualquer sentido o critério do PDM ter uma percentagem de 7% na totalidade da atribuição de verbas.

Além disso, no preâmbulo deste protocolo, dizem que há um esforço financeiro da Câmara, ou seja, pelos vistos, vamos ter mais investimento da Câmara Municipal nas Juntas que é o que este preâmbulo parece tentar esclarecer. Não me parece que seja assim, há sim uma forma diferente de transferir o dinheiro que no caso do Souto da Carpalhosa a melhoria é tão pouco significativa que considero-a penalizadora comparativamente ao processo antigo, na cedência das brigadas e dos materiais. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.^a Deputada.

Sr. Deputado Luís Carvalho!

DEPUTADO LUÍS CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Boa noite, Luís Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Em relação ao protocolo, embora concorde com ele na essência, há alguns elementos que ficaram por confirmar relativamente às vias estruturantes/não estruturantes, porque não foi dada nenhuma listagem.

Há aqui uma outra situação que tem a ver com os dados. Oportunamente reclamámos algumas situações junto do gabinete do Sr. Vereador, nomeadamente relativamente à área, e ficámos de conferir também a metragem de caminhos, a qual não concordamos muito com os valores. De qualquer das maneiras, não vamos penalizar este protocolo, até porque não faz sentido dada a melhoria significativa que tem em relação às Juntas. Só que, quando foi o protocolo das escolas, uma coisinha que se conta tão facilmente como são os recreios, esqueceram-se de dois e eu tenho medo que tenha acontecido o mesmo neste protocolo. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Uma vez que não há mais inscritos, daria a palavra ao Sr. Vereador Fernando Carvalho para, a pedido da Sr.^a Presidente, esclarecer algumas dúvidas aqui levantadas em relação a este protocolo. Faça favor!

VEREADOR (ENG.º FERNANDO CARVALHO)

Boa noite, Fernando Carvalho.

Eu sei que não há critérios perfeitos e este novo critério, para a distribuição de verbas pelas Freguesias também não é perfeito. No entanto, e a julgar pela reunião plenária que aqui foi efectuada com todas as Juntas de Freguesia, ficou

consubstanciado um pensamento, que seria sem dúvida um critério bem mais justo do que aquele que existe e que possibilita a distribuição das verbas que vêm de Lisboa. E portanto, o que ficou combinado é que, iríamos avançar com este critério e que dentro de cerca de seis meses poderíamos fazer um balanço e eventualmente combinar algum acerto, sempre tendo em conta a melhoria desta distribuição. É isso que penso que está subjacente às conversas que tenho mantido com todos os Srs. Presidentes de Junta, embora eu reconheça como disse no princípio, que nada é perfeito e este documento também não o é.

Em relação à área e houve um Sr. Presidente que falou sobre essa matéria, as áreas foram utilizadas a partir de uma publicação da Câmara, que existe já há vários anos e sabemos que existem algumas incorrecções. Incorrecções essas que, também advêm pelo facto de subsistirem ainda algumas divergências entre os limites de freguesias, que agora na fase final de revisão do PDM, terão que ser eliminadas. E portanto, dentro de alguns meses, estaremos em condições para também afinar a questão das áreas.

Em relação às brigadas e que foi referido pela Sr. Presidente da Junta do Souto da Carpalhosa, as brigadas não vão deixar de ir às freguesias. O que vai passar a haver a partir de Janeiro próximo, é uma reorganização do sistema de brigadas. Deixarão de existir as cinco ou seis brigadas que actualmente existem e passarão a existir três. Uma delas de apoio à zona urbana de Leiria e duas delas que irão andar pelo concelho, fazendo trabalho de conservação, embora, sem a obrigatoriedade como até aqui, de andarem quinze dias numa freguesia, quinze dias noutra, com uma escala que muitas vezes obriga a que um trabalho que não seja completado numa freguesia e depois a brigada transite para outra freguesia sem ter acabado o trabalho. Isso não vai acontecer, mas as brigadas não são subtraídas às freguesias, pelo contrário, ao haver aglutinação de meios humanos e técnicos, poderemos realizar melhor e maior quantidade de trabalho nas freguesias.

Em relação à definição das vias, um dos critérios tem a ver com as acessibilidades. E quero aqui dizer e penso que sabem disto, que a classificação que actualmente existe sobre as vias no Município de Leiria, passa por caminhos vicinais, caminhos municipais e estradas municipais. Só que, é uma classificação que está extremamente desactualizada, já existe há várias décadas e já na alçada do anterior mandato, foram feitos levantamentos em todas as freguesias. Um levantamento minucioso, que mediu todas as estradas do concelho em cada

freguesia, a largura média da estrada, classificou o estado de conservação do pavimento e o tipo de pavimento e portanto, esse levantamento que foi feito entre 1999 e 2000, possibilitou que agora pudesse haver digamos, uma melhor classificação desses arruamentos. No entanto a designação permanece igual e o que acontece é que algum caminho que há vinte anos atrás eram classificados de vicinais, ganharam importância e são mais importantes ainda do que algumas estradas municipais. Portanto, teríamos dificuldade de neste documento digamos, assumir para a Câmara de Leiria, apenas a manutenção das estradas municipais e preferimos dizer que a Câmara continuará a ser responsável pela manutenção das principais vias municipais. Claro que dentro das povoações, as Juntas de Freguesia devem fazer a manutenção das valetas, das bermas, dos passeios e do próprio pavimento, mas simples actos de manutenção, tudo o que seja novas obras, concerteza que continuarão a ser da competência da Câmara. Fora dos povoados e nas vias municipais, nas vias principais municipais continuará também a ser a Câmara a proceder à manutenção. Obrigado

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Vereador.

Vamos pôr à votação o Projecto de Protocolo de Delegação de Competências em Juntas de Freguesia.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com uma abstenção, aprovar o Projecto de Protocolo de Delegação de Competências em Juntas de Freguesia nos termos do disposto na alínea s), do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.



Srs. Deputados, resta-me desejar a todos um bom ano, que o próximo ano vos traga tudo de bom e obrigado a todos.

ENCERRAMENTO

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.30 horas, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, lavrei e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão ordinária de 20 de Fevereiro de 2003, deliberou por_____ aprovar a acta.-----

Leiria, aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e três.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(José António Sousa e Silva)

A Assistente Administrativa Especialista

(Teresa Paula Pinto)